



**Andreia Sofia Faria
Simões**

**O Abandono do Princípio do Custo Histórico a favor
do Conceito de Justo Valor**



**Andreia Sofia Faria
Simões**

**O Abandono do Princípio do Custo Histórico a favor
do Conceito de Justo Valor**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Auditoria, realizada sob a orientação científica do Dr. Jorge São Marcos, Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

o júri

Presidente

Prof. Dr. Graça Maria do Carmo Azevedo

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Jorge Manuel da Rocha São Marcos

Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Rosa Maria Correia Nunes

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

agradecimentos

Ao longo deste trabalho contei com o apoio incansável de diversas pessoas. A todas elas agradeço a disponibilidade e empenho que demonstraram, em ajudar-me na concretização deste objectivo.

O apoio e disponibilidade do Professor Dr. Jorge São Marcos, orientador deste trabalho, foram uma ajuda valiosa. Agradeço pela pronta disponibilidade e encorajamento que me foram transmitidos ao longo de todo o trabalho.

Aos colegas e empresa onde trabalho pelo apoio e total disponibilidade que demonstraram para que pudesse terminar este trabalho. Sempre mostrando disponibilidade para acertos necessários de horário para que pudesse cumprir com todas as minhas obrigações profissionais e académicas.

Aos colegas do Mestrado pelo apoio e pela amizade.

Aos meus amigos por terem sempre uma palavra de incentivo e um sorriso de encorajamento.

À minha família pelo estímulo e apoio incondicional desde a primeira hora.

Pelo interesse que sempre demonstraram na progressão do meu percurso académico, incentivando a procura de novos conhecimentos e a ambição por querer aprender sempre mais.

E por fim, ao meu namorado, principalmente, pela paciência e compreensão que mostrou, apesar dos momentos menos fáceis e da falta de atenção que lhe transmiti ao longo destes meses de trabalho.

Sem o apoio e carinho de todos, este trabalho era impossível de concretizar.

palavras-chave

Normalização Contabilística, Custo Histórico, Justo Valor, Normas Internacionais de Contabilidade.

resumo

Com as recentes evoluções no mundo contabilístico e a aplicação de um novo sistema de normalização contabilística em Portugal, têm surgido várias mudanças. A globalização da economia tem influenciado os sistemas contabilísticos nacionais, em virtude da necessidade de adaptação destes às normas internacionais de contabilidade, como forma de garantir uma maior coerência e comparabilidade da informação a nível internacional. Com a introdução destas normas o justo valor ganha importância na valorização de certos activos específicos, em detrimento da valorização pelo custo histórico.

keywords

Accounting Harmonization, Historical Cost, Fair Value, International Accounting Standards

abstract

Due to the last developments in the accounting's world and the implementation of a new accounting system in Portugal, there are been several changes. The economy's globalization has influenced the national accounting systems, due to their need to adapt to the international accounting standards, as a way to ensure greater consistency and comparability of information at international level.

With the introduction of these standards, the fair value accounting gains relevance in the register of certain specific assets, rather than the valuation by historical cost.

Currently there is a significant controversy over the use of the fair value due to the divergent opinions on its concept and measurement.

O abandono do Princípio do Custo Histórico a favor do conceito de Justo Valor

“ O valor é a pedra angular da Contabilidade”

Jean Dumarchey

Índice

1. Introdução	1
2. A Envolvente Internacional: A Estratégia da U.E. na adopção das Normas Internacionais de Contabilidade	4
2.1 – A necessidade de Harmonização Contabilística	4
2.2. - A adopção das normas emitidas pelo IASB.....	7
2.3. - A implementação do Regulamento 1606/2002/CE.....	9
3. O Novo Sistema de Normalização Contabilística em Portugal.....	11
4. O Justo Valor <i>versus</i> Custo Histórico.....	17
4.1 O Custo Histórico.....	19
4.1.1. Vantagens do Custo Histórico.....	20
4.1.2. Desvantagens do Custo Histórico.....	21
4.2 O Justo Valor.....	23
4.2.1. A determinação do Justo Valor.....	27
4.2.2. Vantagens do Justo Valor.....	30
4.2.3. Desvantagens do Justo Valor.....	30
4.3. Custo Histórico e Justo Valor – Principais diferenças.....	31
5. O Impacto da Adopção do Justo Valor nas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, no âmbito do Novo Sistema de Normalização Contabilística em Portugal.....	33
5.1. A Introdução do conceito de Justo Valor.....	33
5.2. As NCRF e o Justo Valor.....	34
5.2.1. NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF.....	35
5.2.2. NCRF 7 – Activos Fixos Tangíveis.....	37
5.2.2.1. Reconhecimento Inicial.....	37
5.2.2.2. Reconhecimento Subsequente.....	38
5.2.2.3. Imparidade.....	42
5.2.3. NCRF 11 – Propriedades de Investimento.....	42
5.2.3.1. Reconhecimento Inicial.....	43
5.2.3.2. Mensuração Subsequente.....	44
5.2.3.3. Transferências.....	47

5.2.3.4. Alienações.....	47
5.2.4. NCRF 6 – Activos Intangíveis.....	49
5.2.4.1. Reconhecimento inicial.....	50
5.2.4.2. Reconhecimento Subsequente.....	52
5.2.5. NCRF 12 – Imparidade de Activos.....	53
5.2.6. NCRF 14 – Concentrações de Actividades Empresariais.....	56
5.2.6.1. Método de Contabilização.....	56
5.2.6.2. Trespasse (Goodwill).....	58
5.2.7. NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.....	59
5.2.7.1. Mensuração.....	59
5.2.8. NCRF 17 – Agricultura.....	61
6. O Justo Valor e a actual Crise Financeira.....	63
7. Conclusão.....	68
Bibliografia.....	70

Abreviaturas

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

EFRAG - European Financial Reporting Advisory Group

EUA – Estados Unidos da América

FASB – Financial Accounting Standards Board

IASC – International Accounting Standards Committee

IASB - International Accounting Standards Board

IAS - International Accounting Standards

IFRS - International Financial Reporting Standards

IFRIC - International Financial Reporting Interpretations Committee

IOSCO - International Organization of Securities Commissions

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

NCRF – Normas Contabilísticas de Relato Financeiro

NCRF PE – Norma Contabilística de Relato Financeiro para Pequenas Empresas

PME – Pequenas e Médias Empresas

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SIC - Standing Interpretations Committee

U.E. – União Europeia

US GAAP - United States Generally Accepted Accounting Principles

1. Introdução

A economia mundial está em constante evolução. Cada vez mais, cada País é dependente de países terceiros para prosseguir com os seus objectivos e alcançar competitividade a nível mundial.

Actualmente, a globalização da economia é um dado adquirido ao qual não podemos, nem devemos ficar indiferentes. Torna-se imprescindível que as empresas se actualizem e progridam no sentido de obter reconhecimento no trabalho que prestam.

Para actuarem num mercado, cada vez mais competitivo, torna-se necessário que exista um grau de comparabilidade entre as diversas empresas, para que a informação financeira seja divulgada de um modo facilmente compreensível pelos mercados mundiais.

Uma linguagem contabilística universal, onde os conceitos, termos e valores tenham a mesma interpretação, facilitará o diálogo contabilístico e possibilitará um universo muito mais vasto de compreensibilidade e comparabilidade dos elementos demonstrativos da situação económica e financeira das empresas.¹

Assente neste princípio, a União Europeia (U.E.) tem feito diversos esforços para desenvolver uma estratégia que aproxime os critérios contabilísticos utilizados em cada País.

Neste sentido, a U.E. desenvolveu uma estratégia designada por “A Estratégia da U.E. em matéria de informação financeira a prestar pelas empresas”. Neste documento ficou definido que as empresas cotadas num mercado regulamentado, a partir de 2005, aplicariam as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Neste seguimento, e como forma de acompanhamento das evoluções registadas a nível europeu, Portugal decidiu adoptar um novo sistema de normalização contabilística (SNC), baseado nas normas seguidas pela U.E. A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2009)² salienta que “ O SNC adapta não adopta as normas internacionais de contabilidade às características do País e do seu tecido empresarial.”

¹ Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2008). *Apreciação da proposta para novo SNC*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <https://www.ctoc.pt>.

² Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2009). Os TOC serão a “tropa de choque” na aplicação do SNC. *Revista TOC n.º 110*. P. 15

Deste modo, avançamos para uma remodelação do método contabilístico até hoje utilizado. Surgem novos conceitos e uma contabilidade baseada *mais em princípios do que em regras explícitas*.

O justo valor assume um papel relevante nesta revolução contabilística, como é designada por alguns investigadores deste tema. Nomeadamente conforme é descrito pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2009)³ “Estamos aqui a assistir não a uma reforma, mas a uma revolução no mundo contabilístico.”

O conceito de justo valor não é recente, sendo consagrado pela primeira vez, no nosso normativo contabilístico através da Directriz Contabilística nº 1 de 8 de Agosto de 1991, com o título “Tratamento Contabilístico de Concentração de Actividades”.

Porém, as opiniões acerca do justo valor não são unânimes. Sílvia Santos (2003)⁴ defende que

“Existe uma certa urgência em definir de forma clara o seu conceito, âmbito de aplicação e determinação, de forma a desmitificar o respectivo critério entre os profissionais da especialidade que continuam muito cépticos em relação à adopção do justo valor (...).”

A contabilidade tradicional, apoiada no princípio do custo histórico está a ser colocada em causa, privilegiando-se, com este novo sistema, para determinados activos e passivos, a sua valorização ao justo valor.

Neste trabalho será descrito o processo de harmonização contabilística adoptado pela U.E. e o novo sistema de normalização proposto para Portugal.

Pretende-se demonstrar o que levou ao declínio do princípio do custo histórico a favor da adopção do conceito de justo valor e quais as vantagens e desvantagens de cada um dos métodos.

Com a adopção do novo sistema de normalização proposto para Portugal, o conceito de justo valor estará, claramente, presente na adopção das novas normas. Neste sentido, será efectuada uma descrição acerca do tratamento a adoptar aquando da sua aplicação.

Inserido no actual contexto de crise financeira em que nos encontramos, será a adopção do justo valor um dos responsáveis pelo colapso financeiro em que vivemos?

³ Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2009). Os TOC serão a “tropa de choque” na aplicação do SNC. *Revista TOC* nº 110. P. 13

⁴ Santos, S. (2003). *A Ascensão do Justo Valor versus o Esmorecimento do Custo Histórico*. Universidade de Aveiro – ISCA. Aveiro. P. 2

A matéria em análise é um assunto bastante recente e comentado por diversas personagens do mundo contabilístico. As opiniões são bastantes divergentes. Algumas receosas acerca da introdução do novo sistema de normalização, outras bastantes animadoras e receptivas às mudanças que deste advêm.

2. A Envolvente Internacional: A Estratégia da U.E. na adopção das Normas Internacionais de Contabilidade

2.1 – A necessidade de Harmonização Contabilística

No contexto mundial que actualmente atravessamos torna-se factor essencial que as empresas progridam no sentido de assegurar a sua competitividade no mercado. No entanto, para que actuem num mercado competitivo justo é necessário que sejam estabelecidas regras uniformes, para assegurar a comparabilidade entre as empresas, de forma a minimizar os efeitos resultantes da análise de regimes contabilísticos completamente distintos que, consequentemente, traduzem resultados diferentes.

A grande problemática actual reside no facto de este nível de comparabilidade ainda não existir, nem dentro da U.E., nem mesmo dentro de cada País, em particular.

Composta por diversos países com formas de registo contabilístico distintas, a U.E. integra países com influências anglo-saxónicas, onde predomina o investimento, sendo a informação financeira dirigida mais a investidores e a mercados bolsistas, não havendo uma ligação forte entre a contabilidade e a fiscalidade, e por, outro lado, existem países de influência continental, como é o caso de Portugal, em que o Estado é o principal destinatário da informação e existe uma ligação forte entre as normas fiscais e contabilísticas.

A diversidade existente entre os sistemas contabilísticos está associada à individualidade e particularidades de cada país, tais como, as suas próprias características ambientais, como a língua, a cultura, os sistemas políticos, económicos e legais. Apesar de esta diversidade ser compreensível e normal, representa um obstáculo à optimização dos recursos económicos numa economia que se afigura cada vez mais global e em que as várias decisões a tomar pelos utentes das demonstrações financeiras são baseadas na informação contabilística disponível. Devido à existência de países com realidades contabilísticas diferentes, isto afecta a comparabilidade entre os diversos sistemas contabilísticos. A economia encontra, assim, dificuldades na interpretação dos dados contabilísticos provenientes de diversos países.

Tornou-se, então, necessário desenvolver mecanismos que reforçassem significativamente a necessidade de existirem demonstrações financeiras comparáveis e transparentes,

exigindo um conjunto de normas contabilísticas comum, que permitisse às empresas ficarem colocadas ao mesmo nível.

Neste contexto, desde há cerca de 25 anos que a U.E. tem vindo a manifestar uma clara intenção harmonizadora. No entanto, dadas as diferentes culturas e práticas contabilísticas existentes dentro dos países da U.E., os resultados de tal política harmonizadora ficaram muito aquém das expectativas.

Para suprir estas dificuldades a U.E. definiu uma tentativa de harmonização pela via da subscrição, pelos Estados Membros, de Directivas emanadas da Comissão e do Conselho da U.E., publicando as seguintes directivas:

- Directiva nº 78/660/CEE de 25 de Julho de 1978 (4ª Directiva) que definia a harmonização das contas anuais das empresas individuais;
- Directiva nº 83/349/CEE de 13 de Julho de 1983 (7ª Directiva) que definia a harmonização do conteúdo das contas anuais consolidadas;
- Directiva nº 86/635/CEE de 8 de Dezembro de 1986 que aborda as questões específicas das contas anuais e consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras;
- Directiva nº 91/674/CEE de 19 de Dezembro de 1991 que estabelece os requisitos específicos relevantes para a elaboração das contas anuais e consolidadas das empresas de seguros.

Estas Directivas comunitárias que se debruçam sobre o direito das sociedades, revelaram-se um instrumento de harmonização porque conseguiram introduzir nos países de influência continental conceitos de natureza anglo-saxónica como o Justo Valor, ou o Princípio da Substância sobre a Forma, assim como o formato das demonstrações financeiras dos países de influência anglo-saxónica, até aí inexistente.

No entanto as Directivas mostraram-se ineficazes, demonstrando alguns pontos fracos que dificultavam a actuação de cada País, aquando da sua adopção interna, uma vez que possuíam um excessivo número de opções, para facilitar a sua aplicação a países com sistemas contabilísticos muito distintos, o que levava a que a liberdade proporcionada aquando da transposição interna pelos Estados-Membros resultava apenas em pequenos ajustes e mudanças pouco significativas a acrescentar ao normativo nacional. Além deste aspecto, as Directivas apenas continham conceitos gerais, não especificando, ou mesmo não regulando determinadas matérias, e o tempo que demoravam a ser transpostas para

cada Estado-Membro colocava entraves na sua aplicabilidade. Face ao exposto, concluiu-se, que as Directivas estavam obsoletas face aos desenvolvimentos na normalização internacional.

Efectivamente, o processo de normalização através das Directivas comunitárias veio contribuir para o reforço da comparabilidade e para o reconhecimento mútuo das contas para efeitos de admissão à cotação dos valores mobiliários no seio da U.E. No entanto, o que era suficiente ao nível europeu, não o era a nível internacional, isto é, a elaboração das contas de acordo com as Directivas, não cumpre com os requisitos, de rigor, exigidos por países terceiros, nomeadamente os Estados Unidos da América (EUA), através das *Securities and Exchange Commission* – organismo regulador da *New York Security Exchange* que requer a aplicação dos *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP)⁵. Pelo que, quando as empresas desejam obter capital em mercados internacionais vêm-se obrigadas à elaboração da sua informação financeira uma segunda vez, o que implica encargos acrescidos e cria confusão na análise das demonstrações financeiras pelos investidores.

No entanto, também não faria sentido que a U.E. optasse pela escolha dos US GAAP, uma vez que não exerce qualquer influência sobre o seu desenvolvimento e emissão.

Uma vez constatada a falta de eficiência das Directivas para alcançar a comparabilidade da informação financeira, procurou-se uma nova estratégia para a harmonização contabilística europeia, dada a conhecer através de comunicações e outros documentos dos quais se destacam:

- (1995) Harmonização Contabilística: Uma nova estratégia relativamente à Harmonização Internacional (COM 95 508 PT);
- (1996) Análise da Conformidade entre as Normas Internacionais de Contabilidade e as Directivas Comunitárias;
- (2000) Estratégia da U.E. para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas (COM 2000 359 Final PT).

⁵ US GAAP – cuja responsabilidade pela emissão das normas – SFAS – é o *Financial Accounting Standards Board* que é o organismo regulador de contabilidade nos EUA.

Nesta última, a U.E⁶. comunica que

“Até ao final de 2000, a Comissão apresentará uma proposta formal que exigirá que todas as sociedades cotadas na U.E. elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com um conjunto único de normas contabilísticas, designadamente as normas internacionais contabilísticas (IAS)⁷. Este requisito produzirá efeitos, o mais tardar, a partir de 2005. Os Estados-Membros serão autorizados a alargarem a aplicação das normas IAS às sociedades não cotadas e às contas individuais.”

2.2 – A adopção das normas emitidas pelo IASB

A opção pelas normas internacionais revelou-se mais viável, uma vez que são emitidas por uma entidade internacional e independente – IASB – onde a U.E. integra o grupo consultivo desde 1990. As normas do IASB são assentes numa estrutura conceptual, tecnicamente consistente e de elevada qualidade. Estas baseiam-se em princípios, o que as torna adaptáveis à evolução da complexidade das operações e possuem capacidade de oferecer soluções que respondem às necessidades dos investidores a nível internacional.

O IASB foi precedido pelo *International Accounting Standards Committee* – IASC – que funcionou desde 1973 até 2001.

No início dos anos setenta, verificou-se uma conjuntura económica com forte investimento no estrangeiro e uma receptividade à adopção de normas internacionais. Isto levou à criação do IASC em Londres, em 1973, com o acordo de 16 organismos profissionais de 9 países, sendo que, actualmente, estão representados no IASB mais de 150 organismos de mais de 100 países. Enquanto que o IASC emitiu as suas normas denominadas por *International Accounting Standards* – IAS – e respectivas interpretações técnicas, as denominadas *Standing Interpretations Committee* – SIC –, actualmente o IASB emite as *International Financial Reporting Standards* – IFRS – e as *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC.

Este organismo tem como principais funções a elaboração e publicação das normas de contabilidade a serem seguidas na apresentação das demonstrações financeiras e promover

⁶ Comissão Europeia (2000). *COM 2000 359 Final PT – Estratégia da U.E. para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas*. Consultado em 15 de Janeiro de 2009, em <http://ec.europa.eu>.

⁷ *International Accounting Standards* – foram as primeiras normas emitidas pelo IASC e sua tradução para português é Normas Internacionais de Contabilidade – NIC.

a sua aceitação e publicação, tendo em vista a harmonização das práticas contabilísticas e a comparabilidade da informação financeira.

O processo de harmonização contabilística do IASB passou por quatro fases, tendo numa primeira fase, como objectivo, a elaboração de normas contabilísticas de aceitação mundial, porém, logo se verificou que as IAS emitidas tinham várias alternativas e elevada flexibilidade. A segunda fase passou pela elaboração de uma estrutura conceptual que serviria de base para as próprias normas e foi implementado um projecto de comparabilidade e melhoria, elevando os níveis de exigência, reduzindo as múltiplas opções que as IAS tinham e fazendo a reformulação de algumas normas. No entanto, a *International Organization of Securities Commissions (IOSCO)*⁸ não aprovou as normas revistas no projecto de melhoria. Foi feito, na terceira fase, um acordo com a IOSCO no sentido de rever e eliminar certas IAS, bem como elaborar novas sobre problemáticas não normalizadas. Por último, deu-se a aceitação pela IOSCO da generalidade das normas como modelo de normalização internacional e a promoção da sua aplicação. Foi nesta fase que o IASB sucedeu ao IASC.

De referir que as normas do IASB não são directamente adoptadas pela U.E., sendo que existe um Comité de Regulamentação que faz uma prévia análise às normas e posteriormente, indica se aceita, ou não, ou se aceita com alterações ao seu conteúdo. Apenas se a norma for aceite é que é publicada através de regulamento. Neste sentido, em 2001 foi criado o *European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG)*, um órgão a nível técnico, cuja principal missão consiste em assessorar a Comissão na apreciação das normas internacionais de contabilidade.

Para que esta estratégia funcionasse a U.E. teve que compatibilizar as Directivas com as normas internacionais de contabilidade, uma vez que existiam matérias nas normas internacionais que não estavam previstas nas Directivas. Neste seguimento surge a Directiva 2001/65/CE de 27 de Setembro de 2001 e que altera as 4ª e 7ª Directivas com vista à permissão do justo valor, referindo que os Estados-Membros poderão autorizar ou exigir a todas ou determinadas sociedades a avaliação pelo justo valor dos instrumentos financeiros que detêm, incluindo os derivados, com algumas excepções; e a Directiva 2003/51/CE de 18 de Junho de 2003 que altera, também, as 4ª e 7ª Directivas no sentido de

⁸ *International Organization of Securities Commissions* – Integrado pelas entidades reguladoras das bolsas de valores mundiais.

eliminar incoerências ainda existentes entre as Directivas e as normas internacionais de contabilidade.

Na sequência da elaboração da COM 2000 359 (2000) Estratégia da U.E. para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas, o principal objectivo seria a apresentação ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Europeu, até ao final de 2000, pela Comissão, de uma proposta legislativa que impusesse a obrigatoriedade da aplicação das NIC, as IAS, com efeitos, o mais tardar, a partir de 2005. Surgiu, assim, o Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho relevando o IASB como organismo normalizador de referência em matérias contabilísticas na U.E.. Elegeu-se, portanto, o regulamento como instrumento legal, prevalecendo este sobre o Direito Nacional, o qual não necessita de ser transposto.

2.3. – A implementação do Regulamento 1606/2002/CE

Este regulamento estipula, a partir de 2005, a obrigatoriedade de aplicação das normas internacionais de contabilidade para as sociedades com valores admitidos à negociação, na elaboração das suas contas consolidadas, assim como, a possibilidade dos Estados-Membros exigirem ou permitirem a sua aplicação na elaboração das contas individuais de sociedades com valores admitidos à negociação, das contas consolidadas e ou individuais de outras sociedades.

Conforme descrito no Projecto de Linhas de Orientação para um novo modelo de normalização contabilística (2003)⁹:

“Em 25 de Setembro de 2002, o Conselho da União Europeia apresentou, sob a forma de proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, as alterações às Directivas nº 78/660/CEE, 83/349/CEE e 91/674/CEE do Conselho, incluindo um novo artigo (3 A) que altera a Directiva nº 83/635/CEE, com vista a prosseguir três objectivos:

- Eliminar todos os conflitos existentes entre as Directivas contabilísticas e as IAS;
- Garantir que as opções no domínio contabilístico previstas actualmente ao abrigo das IAS possam ser aplicadas pelas empresas da U.E. que continuem a basear-se nas directivas contabilísticas para a elaboração das suas contas;

⁹ Comissão de Normalização Contabilística (2003). *Projecto de Linhas de Orientação para um novo modelo de normalização contabilística*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>

- Actualizar a estrutura de base das Directivas contabilísticas para que estas assegurem um quadro para apresentação das informações financeiras que se coadune com as práticas modernas e que seja suficientemente flexível para se adaptar à futura evolução das IAS.”

Posteriormente, e em consonância com o Regulamento 1606/2002/CE, veio o Regulamento nº 1725/2003/CE, da Comissão, de 21 de Setembro, determinar as NIC a serem aplicadas em observância ao anteriormente estipulado, aceitando como válidas aquelas vigentes à data de 14 de Setembro de 2002.

3. O Novo Sistema de Normalização Contabilística em Portugal

Acompanhando a estratégia da U.E. em termos de normalização contabilística, Portugal decidiu avançar para um novo SNC, dando um passo importante para a evolução da economia portuguesa dentro do espaço europeu.

A normalização contabilística nacional é actualmente assegurada por cinco entidades distintas que actuam em cinco sectores diferentes, sendo estas a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, o Banco de Portugal, o Instituto de Seguros de Portugal, a Comissão de Normalização Contabilística e a Comissão de Normalização Contabilística para a Administração Pública. Estes cinco organismos têm formas de actuação distintas o que origina disparidades entre os diversos sistemas contabilísticos, consequência de serem destinados a áreas de actuação muito diferentes.

O primeiro modelo de normalização contabilística nacional para as empresas comerciais e industriais e outras entidades foi instituído pela publicação do Decreto-Lei nº 47/77 de 7 de Fevereiro que aprovou o primeiro Plano Oficial de Contabilidade – POC – e simultaneamente a Comissão de Normalização Contabilística. Contudo, remete-se para a Portaria 819/80 publicada a 13 de Outubro, a definição dos seus membros, as suas atribuições, organização e funcionamento. Com a adesão de Portugal, em 1986, às Comunidades Europeias, implicou em relação às matérias contabilísticas a obrigatoriedade de ajustamento dos nossos normativos à Directiva 78/660/CEE (4ª Directiva).

O primeiro POC, denominado por POC/77 teve uma vigência de 12 anos, tendo sido revogado em 1989, aquando da publicação do Decreto-lei nº 410/89 de 21 de Novembro, que aprovou o actual POC em vigor. Posteriormente, em 2005, o Decreto-lei 35/2005 de 17 de Fevereiro procedeu a algumas alterações ao POC/89.

É facto que o POC tem desempenhado durante anos um papel fundamental a nível nacional, pese embora, desde há algum tempo, tem-se mostrado insuficiente para as entidades com maiores exigências qualitativas de relato financeiro. O elevado número de IAS existentes e de IFRS emitidas pelo IASB, bem como a sua dimensão e frequência de alterações não se compatibiliza com um POC como o actual. Tendo em conta estas insuficiências, Portugal decidiu acompanhar a U.E. em matéria de harmonização contabilística.

Como consequência das evoluções em termos de matéria contabilística na U.E., a Comissão de Normalização Contabilística aprovou em Conselho Geral, a 15/01/2003 um Projecto de Linhas de Orientação para um novo modelo de normalização contabilística (2003) onde no ponto 14 refere:

“Analisando o nosso actual corpo normativo verifica-se que este está desactualizado, não abordando temáticas da realidade envolvente ou abordando-as de forma um pouco incipiente.”

Este novo sistema de normalização contabilística deve aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões, de forma a proporcionar ao nosso País, o alinhamento com as Directivas e Regulamentos, sem ignorar as características e necessidades do nosso País.

Neste processo de elaboração do novo sistema de normalização não pode ser ignorada a realidade a que este se destina e a necessária flexibilidade para enquadrar e acolher as diferenças económicas, financeiras e sociais da multiplicidade das realidades a que se pretende aplicar, não deixando de considerar a necessidade de uma linguagem universal para a contabilidade.

Segundo a apreciação da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2008)¹⁰ sobre o SNC, o novo sistema “não pode ter a pretensão de igualar o que é natural e realmente diferente”.

O novo SNC tem como objectivo facilitar o acesso ao ambiente competitivo e globalizado em que vivemos e divulgar as demonstrações financeiras adequadas aos vários mercados onde as empresas operam e se financiam.

No processo de adopção das normas internacionais foram eliminados tratamentos pouco ou nada aplicáveis à realidade nacional e evitados níveis de exigência informativa excessivos. Pode-se afirmar que o novo sistema de normalização *assenta mais em princípios do que em regras explícitas*, apelando muito mais ao julgamento profissional, podendo conter algum nível de subjectividade na informação divulgada, associado ao conceito de justo valor. Esta opção acarreta uma maior liberdade de actuação das empresas em matéria de políticas contabilísticas, mas também implica uma maior responsabilidade, na medida em que passam a ser responsabilizadas pelo cumprimento dos princípios gerais constantes das normas.

O novo sistema tende mais para o relato do que para o registo das informações, sendo que qualquer utente das demonstrações financeiras terá de recorrer ao Anexo ao Balanço e à

¹⁰ Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2008). *Apreciação da proposta para novo SNC*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <https://www.ctoc.pt>.

Demonstração dos Resultados para uma melhor compreensão da informação apresentada nas demonstrações financeiras. Todos os registos e decisões tomadas têm de ser justificados no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados. Portanto, neste novo sistema o Anexo vai ter um papel fundamental de apoio à análise da informação financeira divulgada.

A proposta para os novos modelos de demonstrações financeiras resulta em informação mais sintetizada e de mais fácil tratamento para análises financeiras. No entanto, como consequência da sintetização da informação, pode resultar uma perda de informação importante e que não é perceptível à “primeira vista”, podendo ser encontrada posteriormente no Anexo.

O modelo de normalização contabilística a empreender terá em conta as diferentes realidades existentes em Portugal, sendo que para entidades com maiores exigências de relato financeiro é aplicado o disposto nas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e para as demais entidades foi criada uma norma designada por Norma Contabilística de Relato Financeiro para pequenas entidades, que não é nada mais que o conjunto de todas as NCRF excluindo algumas informações pouco ou nada ajustáveis à realidade das pequenas empresas. As entidades que estão sujeitas a esta norma (NCRF PE) são aquelas cuja dimensão não ultrapasse dois dos três limites seguintes¹¹:

- 1) Total do Balanço: 500.000€
- 2) Volume de Vendas Líquidas e Outros Rendimentos: 1.000.000€
- 3) Número de Trabalhadores empregados em média durante o exercício: 20

Além disso, as contas não podem estar, legal ou estatutariamente, sujeitas a certificação legal das contas.

Sendo assim fica assegurada a compatibilidade e coerência entre os normativos aplicáveis aos três grandes grupos de entidades:¹²

- Entidades com valores cotados, que aplicam directa e integralmente as normas internacionais de contabilidade adoptadas na União Europeia;

¹¹ Apresentação do novo SNC (2009). *Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças*. Consultado em 25 de Abril de 2009 em <https://www.ctoc.pt>.

¹² Apresentação para a Audição Pública do novo SNC (2008). *Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças*. Consultado em 5 de Janeiro de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt>.

- Restantes entidades dos sectores não financeiros, que aplicarão as normas contabilísticas e de relato financeiro que resultam da adaptação das normas internacionais de contabilidade;
- Entidades de menor dimensão a quem se abre a possibilidade de aplicarem a norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades.

Neste contexto, na sequência do Projecto de linhas de orientação para um novo modelo de normalização contabilística, a Comissão de Normalização Contabilística – CNC – preparou os projectos de instrumentos contabilísticos que integram o novo modelo designado por Sistema de Normalização Contabilística que tem como objectivo a substituição do POC e legislação complementar.

O SNC é caracterizado por cinco elementos fundamentais: a estrutura conceptual, as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código das contas e as NCRF.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que procedeu ao encerramento da Apresentação para a Audição Pública do novo SNC (2008)¹³ referiu que:

“A consulta pública deste novo modelo é um momento importante para os diferentes agentes se pronunciarem de forma a ser possível introduzir os ajustamentos que se revelem necessários.”

Sendo assim foram criados uma comissão e um grupo de trabalho para analisar os diferentes contributos acerca do novo SNC sendo estes:

- Comissão para acompanhar a audição pública do anteprojecto, acolhendo e recolhendo as diferentes opiniões;
- Grupo de Trabalho para identificar o impacto fiscal das normas internacionais de contabilidade nas contas das sociedades.

Neste sentido, de 16 de Abril a 31 de Julho de 2008 decorreu a Audição Pública do SNC, tendo todos os contributos sido enviados para a respectiva comissão de acompanhamento da opinião pública.

De entre diversas opiniões recolhidas podemos destacar a emitida pela CTOC¹⁴, que refere o seguinte:

¹³ Apresentação para a Audição Pública do novo SNC (2008). *Intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*. Consultado em 5 de Janeiro de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt>.

¹⁴ Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2008). *Apreciação da proposta para novo SNC*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009 em <https://www.ctoc.pt>.

“A estrutura da proposta que nos é apresentada tem uma inusitada influência de preocupações financeiras, alinhando por factores e preocupações vocacionadas para o funcionamento das bolsas e o correspondente financiamento das empresas através daquelas, o que como sabemos, não tem grande tradição no financiamento das empresas portuguesas onde as fontes de financiamento são primordialmente o sector bancário e não os movimentos bolsitas”.

Deste modo o novo sistema retira, indirectamente, um dos seus objectivos primordiais que é o de servir de apoio para quantitativos fiscais, para se tornar uma fonte de informação para fins quase que, exclusivamente, virados para o investimento, não traduzindo o valor real para o qual a contabilidade foi criada.

Segundo a perspectiva de António Lopes de Sá (2008)¹⁵ podemos entender que:

“O normativo adoptado quebra a unicidade exigível pelo princípio da sinceridade informativa e pode levar ao subjectivismo. A sinceridade das demonstrações financeiras pode estar assim comprometida.”

A Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (2008)¹⁶ refere que:

“As IAS/IFRS emitidas pelo IASB, que servem de base ao Sistema de Normalização Contabilística, estão orientadas essencialmente para a preparação de demonstrações financeiras de entidades financiadas com capitais transaccionados em mercados de valores mobiliários. A informação obtida através das normas do IASB está preparada para servir quase que exclusivamente utentes que utilizam uma informação complexa e sofisticada: especialistas e investidores que operam nos mercados financeiros.”

O documento final, do qual constará o novo SNC, será elaborado tendo em conta as diferentes opiniões emitidas pelos vários profissionais da contabilidade e deverá entrar em vigor em Janeiro de 2010. Conforme referido por Domingues de Azevedo (2009):¹⁷

“O SNC, ao que tudo indica, será uma realidade já no próximo ano. (...) É, pois, perfeitamente natural que seja aprovada a entrada em vigor do novo SNC já no início de 2010.”

No dia 23 de Abril de 2009, através de um Comunicado do Conselho de Ministros, foi aprovado o Decreto-Lei que regula a adopção do SNC, que se prevê entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2010. Igualmente, foi aprovado o Decreto-Lei que regula a organização e o

¹⁵ Sá, R. (2008). Normas Internacionais e Riscos sobre a expressão dos valores nas demonstrações contabilísticas. *Revista TOC* n° 99. P.1

¹⁶ Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (2008). *Contribuição no âmbito da audição pública sobre o SNC*. Consultado em 15 de Fevereiro de 2009 em <http://www.apc.pt/>.

¹⁷ Azevedo, D. (2009). SNC – Aceitamos o Desafio. *Revista TOC* n° 109. P.3

funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística, a proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e o Decreto-Lei que altera o Código do Imposto sobre as Pessoas Colectivas adaptando as regras de determinação do lucro tributável à NIC e aos respectivos normativos nacionais.

Conforme descrito neste Comunicado¹⁸:

“Este Decreto-Lei vem aprovar o novo Sistema de Normalização Contabilística e revogar o Plano Oficial de Contabilidade (POC), procedendo-se a uma aproximação dos padrões internacionais em matéria de normalização contabilística, nomeadamente com as Normas internacionais de contabilidade do IASB.”

Foi ainda definido que:

“(…) é aceite a aplicação do modelo do justo valor em instrumentos financeiros cuja contrapartida seja reconhecida através de resultados, mas apenas nos casos em que a fiabilidade da determinação do justo valor esteja assegurada. Assim excluem-se os instrumentos de capital próprio que não tenham um preço formado num mercado regulamentado.”

Como resultado final do processo de audição pública foi realçada a necessidade de correcção do carácter pró-cíclico das normas assim como da subjectividade inerente ao justo valor. Estes pontos a melhorar serão atempadamente corrigidos através das alterações ao Código das Sociedades Comerciais que pretendem impor limites à distribuição dos resultados apurados com base no justo valor.

¹⁸ Portal do Governo (2009). *Comunicado do Conselho de Ministros de 23 de Abril de 2009*. Consultado em 25 de Abril de 2009 em <http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/governos/>.

4. O Justo Valor *versus* Custo Histórico

A problemática da escolha e aplicação de um critério ou base de valorização dos activos de cada empresa, que seja capaz de garantir a fiabilidade e a relevância da informação, é hoje em dia, cada vez mais uma realidade.

O objectivo primordial da contabilidade é o registo de todos os acontecimentos que ocorrem ao longo do exercício, na respectiva data, tendo como finalidade a sua compilação final em demonstrações financeiras. Estas servem para fornecer informação sobre a posição financeira, *performance* e alterações da posição financeira de uma entidade, que é útil para a tomada de decisões económicas.

Todavia, para proceder a estes registos contabilísticos é necessário transformar as entradas e saídas de recursos em valor monetário, para que possam ser efectuados os devidos registos, pois registar na contabilidade uma quantidade de um bem não tem qualquer significado se este não for convertido para um valor monetário que represente essa quantidade. Daqui surge a grande necessidade de estipular um critério que permita saber por que valor se devem fazer tais lançamentos, sendo estes critérios designados por bases de medida ou valorização.

Segundo a perspectiva de António Macedo (2008)¹⁹:

“Se não existisse um critério específico, cada entidade faria o registo conforme melhor lhe conviesse e as demonstrações financeiras não teriam qualquer valor, pois não existia a possibilidade de as comparar com outras entidades, nem serviriam de grande ajuda na tomada de decisões.”

A contabilidade tradicional tem como objectivo encontrar a diferença entre os valores recebidos e o custo que lhes está inerente. Sendo assim, os registos das entradas são feitos a custo histórico, sendo este o registo com base no preço pago e em todas as despesas inerentes à compra e instalação do bem. Os registos a custo histórico permanecem até os bens voltarem a ser transaccionados pela entidade, desta vez como saídas, apurando-se a diferença entre os valores pagos e os valores vendidos.

A utilização do custo histórico na contabilidade teve o seu início na década de 30. Apoiado por uns e combatido por outros, continua, no entanto, a ser praticado.

¹⁹ Macedo, A. (2008). Em Torno do Justo Valor. *Jornal de Contabilidade* n.º 376, p. 213.

O custo histórico veio gerando controvérsia uma vez que todas as teorias giravam à volta da comparação entre custo histórico e as outras bases de medida.

O objectivo das bases de medida ou valorização é o de encontrar um valor para activos e passivos o mais próximo possível do seu valor económico. Daí existirem várias opiniões sobre qual a base de medida que garante melhor esse valor.

Entre vários autores e organizações são reconhecidas diferentes bases de valorização, das quais, se destacam as seguintes:

- Custo Histórico: é um registo baseado em custos de aquisição ou de produção²⁰;
- Custo Corrente ou de Reposição: é o custo que a empresa teria que suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização¹⁸;
- Valor Realizável Líquido: é o esperado preço de venda de um bem deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda¹⁸;
- Justo Valor: é a quantia pela qual um bem ou serviço poderia ser trocado, entre um comprador conhecedor e interessado e um vendedor nas mesmas condições, numa transacção ao seu alcance.²¹

Apesar de algumas desvantagens inerentes à utilização do custo histórico, de entre os critérios enumerados, este tem sido indicado como base de valorização da maioria dos activos.

Com a globalização da economia e a introdução das normas internacionais de contabilidade, os sistemas contabilísticos foram sujeitos a alterações com base na sua adaptação a estas normas, de forma a permitir uma maior coerência e comparabilidade da informação a nível internacional. Com o surgimento das normas internacionais o justo valor ganha importância na valorização de certos activos específicos, não deixando de figurar também o custo histórico enquanto critério de valorização. Nasce assim a controvérsia de utilização de um critério em detrimento do outro, sendo várias as opiniões acerca das vantagens e desvantagens de cada um dos métodos.

²⁰ Santiago, C. (2008). *Plano Oficial de Contabilidade Comentado*. Lisboa.

²¹ Comissão de Normalização Contabilística (1993). *Directriz Contabilística nº 13 – Conceito de Justo Valor*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt>.

4.1 O Custo Histórico

Segundo o POC²² existem determinados princípios contabilísticos que são considerados fundamentais para obter uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da empresa, sendo estes os seguintes:

- Continuidade
- Consistência
- Especialização ou Acréscimo
- Custo Histórico
- Prudência
- Substância sobre a Forma
- Materialidade

Para que a informação financeira possa demonstrar a imagem verdadeira e apropriada da empresa deve ter presente as seguintes características qualitativas:

- Relevância;
- Fiabilidade;
- Comparabilidade

Neste sentido, para que a informação financeira esteja dotada destas características é imprescindível que obedeça aos princípios contabilísticos geralmente aceites, dentro dos quais, como já foi referido anteriormente, se destaca o custo histórico.

O POC apresenta o custo histórico sob duas vertentes²⁰:

- Custo de aquisição: soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual e no local de armazenagem;
- Custo de produção: soma dos custos das matérias primas e outros materiais directos consumidos, da mão-de-obra directa, dos custos industriais variáveis e dos custos industriais fixos necessariamente suportados para o produzir e colocar no estado em que se encontra e no local de armazenagem.

Durante muitos anos o conceito de custo histórico manteve-se inalterado, mesmo em alturas em que, por via do aumento da inflação, a moeda ficava sujeita a variações

²² Santiago, C. (2008). Plano Oficial de Contabilidade Comentado. Lisboa.

significativas de valor. Em consequência, os efeitos resultantes da aplicação do custo histórico eram materialmente relevantes para os elementos que figurassem no balanço, sempre que esses mesmos activos tivessem sido adquiridos há vários anos. Quanto mais elevada se encontrava a inflação, mais distorcidos se encontravam os valores das demonstrações financeiras.

Como o princípio do custo histórico era visto como uma verdade indiscutível surgiu a necessidade de encontrar uma solução sem colocar em risco os conceitos que este salvaguardava.

Segundo Carlos Cunha (2002)²³, a solução encontrada consistiu no alargamento do conceito de custo histórico, substituindo a unidade de medida variável por uma unidade de medida constante, através do recurso à noção do poder de compra geral da moeda, resultante da relação inversa, que se convencionou entre valor da moeda e nível global dos preços.

Conforme referido por Guilhermina Freitas²⁴ “o custo histórico corresponde ao justo valor no momento da aquisição ou construção”, pelo que se pode considerar que na sua mensuração inicial, o custo histórico é igual ao justo valor, avaliando os elementos do activo e passivo a parâmetros de entrada, enquanto que o justo valor valora parâmetros de saída.

4.1.1. Vantagens do Custo Histórico

Segundo António Macedo (2008)²⁵, a imagem da contabilidade tradicional foi sendo associada à contabilidade a custo histórico, sendo por isso considerado normal serem vários os autores a defenderem que o custo histórico é a base de medida e valorização que melhor serve os objectivos da contabilidade.

De facto o custo histórico satisfaz uma característica essencial na contabilidade, a fiabilidade, sendo que é objectivo, imparcial e verificável na mensuração, uma vez que o valor contabilizado encontra-se baseado em factos registados em documentos que podem ser, a qualquer momento, verificados e confirmados.

²³ Cunha, C. (2002). Os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites na Contabilidade Pública. *Jornal de Contabilidade* n.º 306. P. 271.

²⁴ Freitas, G. As Características Qualitativas definidas pelo IASB – Alterações Impostos pelo Referencial *Fair Value*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, p.9.

²⁵ Macedo, A. (2008). Em Torno do Justo Valor. *Jornal de Contabilidade* n.º 376, p. 216.

Sempre que os utilizadores da informação financeira necessitem de tomar decisões futuras é essencial que tenham acesso à informação passada, na qual se possam basear, e assim o custo histórico é a forma de medir os factos passados com fiabilidade.

Rogério Ferreira (2009)²⁶, defensor do princípio do custo histórico, menciona que “(...) o critério do custo histórico terá de continuar a utilizar-se. Constitui a primeira referência, o valor pelo qual cada coisa se adquire (...)”

As principais vantagens da utilização do custo histórico são a fiabilidade, a objectividade e a neutralidade, uma vez que não depende de critérios de valorização pessoais, é menos subjectivo, não se baseia em valores estimados e garante prudência na sua valorização.

Outro aspecto que pode ser apontado como uma vantagem deste método de valorização é o facto de ser conhecido e percebido por todos os utilizadores da informação financeira, não gerando dificuldades na sua aplicabilidade.

Por último, pode-se referir que permite medir a forma como foram aplicados os resultados com base em movimentos financeiros reais, sendo um importante apoio à gestão.

4.1.2. Desvantagens do Custo Histórico

Apesar de a fiabilidade ser um factor importante que este método transmite aos utilizadores da informação financeira, é facto que, por vezes, é colocado em causa o grau de relevância da informação apresentada de acordo com o custo histórico.

Os tempos mudam e a realidade dos dias que correm já não é igual aos tempos passados. Actualmente existem alterações em custos e preços de tal grandeza que as demonstrações financeiras, apresentando elementos a custo histórico que nada têm a ver com os actuais valores de mercado, levam a que as estas já não evidenciem a tão desejada imagem fiel da situação financeira e do património das empresas.

Como desvantagem da utilização deste método pode-se evidenciar o facto de este não ter em conta, principalmente em períodos de inflação, as variações do poder de compra da moeda.

Segundo Susana Rua (2008)²⁷, quando se utiliza o custo histórico, no Balanço são somados activos adquiridos em diferentes períodos e que, portanto, foram valorizados em períodos

²⁶ Ferreira, R. (2009). Contabilidade – Critérios Valorimétricos. *Revista TOC* nº 110. P. 45

²⁷ Rua, S. (2008). *A Valorização dos Activos ao Custo Histórico e ao Justo Valor e o seu enquadramento nos normativos internacionais*. Gestin – Instituto Politécnico de Castelo Branco. P. 81.

com diferente poder de compra da moeda. Por sua vez, na Demonstração dos Resultados, o custo dos bens, uma vez adquiridos em exercícios anteriores quando a moeda possuía um valor diferente, aparecem na maioria das vezes desactualizados e balanceados com proveitos actuais.

Quando valorizados ao custo histórico, os custos relativos às amortizações e reintegrações, ao serem calculados sobre valores que não têm em conta a variação da moeda, não aparecem correctamente mensurados, pondo em risco a capacidade renovadora que lhe está associada e não permitindo a manutenção do potencial produtivo da empresa.

O custo histórico não tem em conta a obsolescência dos elementos activos, ou seja, as inovações de mercados e as variações tecnológicas.

Ao contrário do justo valor, este conceito peca pela sua falta de relevância, uma vez que não transmite ao mercado os valores dos activos, mais adequados à realidade, baseando-se apenas nos custos registados aquando da sua aquisição.

Apesar das suas desvantagens, o custo histórico continua a ser a base de valorização mais utilizada. É um critério com elevado grau de objectividade e fiabilidade mas, por outro lado, em termos de relevância não é muito adequado.

Recorrendo a um exemplo prático imagine-se que uma empresa adquiriu um terreno não agrícola por 200.000€ há cerca de 5 anos, mas que à data de hoje o terreno tem um valor de mercado de 350.000€. Se tivermos em conta a adopção do custo histórico, o terreno figurará no balanço por 200.000€ (já que não está sujeito a amortização), embora não seja este o valor que corresponda à realidade. Por este motivo afecta a relevância das demonstrações financeiras e não contribui adequadamente para a tomada de decisões por parte dos utilizadores.

A manutenção do custo histórico como principal método de valorização dos elementos patrimoniais resulta da fiabilidade que oferece. No entanto, os critérios em que assenta a Estrutura Conceptual do SNC, denotam uma grande influência para a utilização do justo valor.

4.2 O Justo Valor

Tendo em conta o processo de harmonização contabilística que actualmente atravessamos torna-se essencial definir quais as bases de valorização mais adequadas. Influenciada por uma economia global com empresas multinacionais, com valores cotados em várias bolsas mundiais, emerge a necessidade de se conseguir alcançar o objectivo de a contabilidade traduzir valores o mais correctos e aproximados possível da realidade em que vivemos.

É defendido por alguns que a solução para este problema é a adopção do justo valor, em oposição ao custo histórico. A mudança de um método para outro origina uma autêntica revolução no mundo contabilístico, uma vez que as mudanças não se cingem apenas à difícil valorização dos activos e passivos, mas também a todo o processo subsequente de apuramento dos resultados e de elaboração das demonstrações financeiras.

Sendo que o balanço é o documento demonstrativo da situação patrimonial da empresa, e é neste que estão presentes todos os activos, passivos e o capital próprio, vislumbram-se alterações claras nesses valores consoante a adopção de uma ou outra base de valorização.

O justo valor tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos a nível internacional pois introduz o conceito de mercado e se os investidores e outros utentes das demonstrações financeiras pretendem tomar decisões com base em valores reais, este método mostra-se o mais adequado.

Como é referido no POC, e também na Estrutura Conceptual, a relevância e a fiabilidade são duas características qualitativas que estão inerentes a uma correcta elaboração da informação financeira. De facto, neste campo, os conceitos de justo valor e de custo histórico estão em lados opostos. Enquanto o primeiro apela à característica qualitativa da relevância, o segundo apela à fiabilidade.

Efectivamente, o custo histórico garante maior fiabilidade, mas acaba por evidenciar falta de relevância, uma vez que é consequência de informação respeitante a momentos passados, estando, por vezes, distante da realidade actual. Por seu lado, o justo valor sendo um conceito baseado em valores actuais traduz informações financeiras mais próximas da realidade.

Mas o justo valor não é um conceito novo, conforme descrito por Sílvia Santos (2003)²⁸, a introdução do justo valor nas normas contabilísticas surge em 1953, nos EUA. Em 1998, o *Financial Accounting Standard Board* – FASB²⁹ – visa a substituição do modelo de contabilidade apoiado no custo histórico por um modelo de contabilidade apoiado no justo valor, definindo este como:

“O montante contra o qual um activo pode ser trocado, no quadro de uma transacção corrente, tendo subjacente o princípio da liberdade contratual, num contexto de venda ou liquidação.”

Em termos nacionais, o conceito de justo valor foi consagrado pela primeira vez, no nosso normativo contabilístico através da Directriz Contabilística nº 1 de 8 de Agosto de 1991³⁰, com o título “Tratamento Contabilístico de Concentração de Actividades Empresariais”, cujo ponto 3.2.3. descreve:

“Justo valor é a quantia pela qual um bem (ou serviço) poderia ser trocado, entre um comprador conhecedor e interessado e um vendedor nas mesmas condições, numa transacção ao seu alcance.”

Posteriormente, em 1993, foi publicada a Directriz Contabilística nº 13 denominada por “Conceito de Justo Valor” que faz referência à Directriz Contabilística nº1 referindo o conceito de justo valor e determina regras para a sua aplicação.

A Directriz Contabilística nº 13 tem por objectivo desenvolver o conceito de justo valor de forma a reduzir o grau de subjectividade que lhe é atribuído.

De notar que, já antes da publicação da Directriz Contabilística nº 13, e além da Directriz Contabilística nº 1, já existem outras directrizes que fazem referência ao conceito de justo valor, tais como as directrizes nº 2, nº 12, nº 15, nº 16, nº17, nº19, nº 25, nº 26, nº 27 e nº 28. Estas também prevêem a aplicação do conceito de justo valor a determinados factos patrimoniais.

Com base na análise de todas estas directrizes pode-se concluir que o conceito de justo valor não é um conceito recente no normativo contabilístico nacional, e que grande parte das regras da sua aplicação foram importadas pelas NIC.

²⁸ Santos, S. (2003). *A Ascensão do Justo Valor versus o Esmorecimento do Custo Histórico*. Universidade de Aveiro – ISCA. Aveiro

²⁹ O FASB tem funções equivalentes ao IASB, mas actua nos EUA.

³⁰ Comissão de Normalização Contabilística (1991). *Directriz Contabilística nº 1 – Tratamento Contabilístico de Concentração de Actividades Empresariais*. Consultado em 12 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.

O Decreto-Lei nº 88/2004³¹ de 20 de Abril que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro, relativa às regras de valorimetria aplicáveis às contas individuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bem como dos bancos e de outras instituições financeiras, também faz referência ao conceito de justo valor, referindo no seu ponto 1 o seguinte:

“1 - O justo valor referido no artigo 2.º do presente diploma é determinado por referência:

- a) A um valor de mercado, relativamente aos instrumentos financeiros para os quais possa ser facilmente identificado um mercado fiável;
- b) Aos componentes dos instrumentos financeiros ou a um instrumento semelhante, quando o valor de mercado não puder ser identificado facilmente; ou
- c) A um valor resultante de modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, para os instrumentos financeiros para os quais não possa ser facilmente identificado um mercado fiável, devendo esses modelos ou técnicas de avaliação assegurar uma aproximação razoável ao valor de mercado.”

Com a introdução do Regulamento 1606/2002 de 19 de Julho que prevê a adopção das NIC e a implementação no novo SNC, o conceito de justo valor ganha uma nova força, uma vez que estas normas alargam e incentivam à sua aplicação.

O modelo do IASB introduziu e generalizou o justo valor na mensuração, o que tem suscitado algumas polémicas e confrontos contra os defensores do custo histórico. São confrontados modelos de relato, alguns privilegiando mais a fiabilidade do custo histórico outros mais a relevância do justo valor.

No entanto apesar das directrizes contabilísticas regularem a aplicação do justo valor, no contexto das NIC em que se basearam, facto é que este conceito tem tido uma reduzida aplicação nas pequenas e médias empresas (PME) portuguesas, não apenas pelas suas exigências de relato financeiro não o exigirem como, também, pelo facto do principal utilizador da informação financeira não ser o mercado de capitais.

Conforme referido por Susana Rua³² o conceito de justo valor pode ser traduzido nos seguintes pontos:

³¹ Comissão de Normalização Contabilística (2004). *O Decreto-Lei nº 88/2004 de 20 de Abril*. Consultado em 15 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.

³² Rua, S. (2008). *A Valorização dos Activos ao Custo Histórico e ao Justo Valor e o seu enquadramento nos normativos internacionais*. Gestin – Instituto Politécnico de Castelo Branco.

- O justo valor é um valor estimado, será o preço provável que razoavelmente se pode obter do vendedor e o mais vantajoso que o comprador pode pagar;
- O seu valor deve ser calculado numa determinada data;
- Considera-se que a transacção se efectua entre partes que não possuem qualquer relacionamento entre si e sem qualquer obrigação relativamente à operação;
- Supõe-se que o mercado fornece informação suficiente para que a transacção se efectue nas melhores condições.

De notar que, a aplicação de justo valor não é inviável caso não existam mercados de referência para a sua determinação. Neste caso, recorre-se a avaliação de peritos e técnicas de determinação do valor de transacção de um bem.

São várias as opiniões acerca da utilização do justo valor, de entre elas, podemos destacar a referida por João Duque (2008)³³:

“O justo valor é a forma mais lúcida e transparente de divulgar o que temos e o que valemos, uma vez que obriga à divulgação da verdade e aumenta a exigência técnica dos TOC, auditores e analistas.(...) Por muito que o justo valor esteja errado, ele será seguramente mais justo e mais próximo do certo do que os valores históricos que se registam em balanço.”

Por outro lado Rógerio Ferreira (2008)³⁴ defende que:

“Formular expectativas de ganhos (e perdas) futuras e ponderar valias de elementos organizativos e humanos sempre se reputou aconselhável (...) mas já não inscrevê-los na contabilidade, visto serem demasiado fluíveis, alheios a posses e de probabilização muito hipotética.”

Mais refere que:

“Traduzem-se em opções menos fiáveis, de maior subjectividade ou de demasiado arbítrio. (...) a substituição do critério do custo histórico será imprudência manifesta, e provocará embustes. Recorrer à referência do justo valor (...) pode propiciar novas e úteis informações, mas ocasionará insegurança, levantará sérias controvérsias.”

³³ Duque, J. (2008). Em defesa do Justo Valor. *Revista TOC* n° 105. p. 34

³⁴ Ferreira, R. (2006). Ainda as NIC. *Revista Infocontab*. Consultado em 10 de Abril de 2009 em www.infocontab.com.pt.

4.2.1. A determinação do Justo Valor

A determinação do justo valor constitui uma das maiores polémicas da contabilidade actual, uma vez que muitos profissionais estão em desacordo quanto à utilização deste conceito.

Neste sentido, nomeadamente através da Directriz Contabilística nº 13, tentou-se clarificar a forma de determinação deste conceito de forma a demonstrar que o grau de subjectividade que lhe é atribuído será minimizado ao máximo.

Por esta razão a Directriz Contabilística nº 13, no seu ponto 6, faz referência ao que se deve ter em conta na determinação do justo valor para determinados activos e passivos, de forma a clarificar melhor a forma de actuação do conceito de justo valor.

Designação	Determinação do Justo Valor
Títulos Negociáveis e de Investimento	Valor corrente de mercado ou valor estimado ou de avaliação
Dívidas a Receber	Valor presente das quantias a receber deduzido das provisões para cobrança duvidosa e dos custos de cobrança
Matérias-Primas	Custo de Reposição
Obras e Trabalhos em Curso	Preço de venda estimado dos bens acabados deduzido dos custos a incorrer para o acabamento e para a venda
Produtos Acabados e Mercadorias	Preço estimado de venda deduzido da soma dos custos a incorrer para a venda
Terrenos e Edifícios	Valores de avaliação usualmente estabelecidos com referência aos valores correntes de mercado
Equipamentos e Instalações	<ul style="list-style-type: none"> - Se para uso continuado: Custo de reposição de equipamentos e instalações com capacidade semelhante; - Se para uso temporário: Custo de reposição para capacidade semelhante ou quantia recuperável, dos dois o mais baixo. - Se para venda: Valores estimados ou avaliados
Activos Intangíveis	Valores estimados ou avaliados
Outros Activos, incluindo afectos a pensões	Valor de mercado deduzido dos custos de transacção para vender o activo
Activos e passivos por efeito de impostos	Valor presente dos benefícios de impostos proveniente de prejuízos fiscais ou dos impostos a pagar

Dívidas a pagar e Acréscimos	Valor presente
Passivos Contingentes ³⁵	Valor presente das quantias a serem desembolsadas para satisfazer a obrigação

Segundo Lúcia Rodrigues e Maria Guerreiro, para se conseguir uma estimativa fiável do justo valor é necessário que se verifiquem um conjunto de condições adequadas, tais como³⁶:

- Existência de mercados líquidos e profundos que permitam obter uma valorização fiável;
- Capacidade de utilização pelas empresas portuguesas de modelos de valorização de instrumentos financeiros adequados;
- Existência de instrumentos de dívida classificados em termos de *rating* por empresas de crédito, cujos fluxos de caixa possam ser razoavelmente estimados;
- Objectividade na identificação de instrumentos financeiros similares ao da empresa, cuja taxa de retorno deva ser utilizada no desconto dos fluxos de caixa do instrumento financeiro da empresa;
- Objectividade do valor de mercado emitido por peritos.

Não é tarefa fácil conseguir valorizar um activo ao justo valor. É preciso reunir várias condições para conseguir apurar o justo valor, primeiro que tudo há que analisar o conceito e características do mercado, que segundo António Macedo (2008)³⁷ são as seguintes:

- Informação disponível: tem que existir um nível mínimo de informação pública sobre todas as condições, quer dos bens e direitos transaccionados, quer da forma e custos de funcionamento do mercado. Todos os intervenientes no negócio devem partir para o negócio com a mesma possibilidade de acesso a conhecimentos.

³⁵ Os passivos contingentes vêm definidos na NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes.

³⁶ Rodrigues, L. & Guerreiro, M. (2004). *A Convergência de Portugal com as NIC*. Lisboa: Publisher Team

³⁷ Macedo, A. (2008). Em Torno do Justo Valor. *Jornal de Contabilidade Apotec* nº 376 – p.223

- Acessibilidade: quanto mais fácil for a acessibilidade, mais abrangente se torna o mercado e maior será o confronto entre a oferta e a procura que provocará necessariamente um preço de equilíbrio mais justo.
- Dinamismo: não pode ser um mercado esporádico, é preciso um mínimo de dinamismo, com regularidade, consistência, publicidade e quantos mais participantes melhor, pois só assim os preços aí praticados serão os mais actuais.

Se todas estas condições forem satisfeitas pode-se então utilizar o justo valor que é considerado como a forma mais relevante de medição para registo inicial, pois representa todas as características de um mercado.

Pelas dificuldades geradas na determinação do justo valor, se não existir um mercado activo onde exista relativa facilidade em negociar os bens, são vários os autores que defendem a possibilidade de adopção de outras bases de valorização quando o justo valor não o puder ser.

O melhor cenário para a determinação do justo valor é a existência de preços cotados num mercado activo onde o activo ou o passivo é transaccionado. Considera-se que um mercado é activo quando os elementos negociados são homogêneos, podem ser encontrados, a qualquer momento, compradores e vendedores dispostos a negociar e os preços encontram-se disponíveis ao público.

Contudo, uma das grandes questões acerca da correcta determinação do justo valor é que, nem sempre, se encontram mercados activos para negociar.

Se não existir um mercado activo onde possam ser negociados os bens, o justo valor deve ser determinado usando técnicas de valorização tendo como objectivo determinar qual seria o preço de transacção numa troca em que não exista relacionamento entre as partes motivadas por considerações comerciais normais.

Tendo em atenção a incerteza quanto a avaliações de um activo ou passivo que não ocorram num mercado activo, e que mesmo que efectuadas por peritos não se tornam, na sua totalidade, certas, a determinação do justo valor terá sempre que apelar ao princípio contabilístico da razoabilidade e da consistência, uma vez que só desta forma se pode garantir que exista um grau de fiabilidade na informação produzida e garantir que os activos da mesma natureza tenham sido avaliados a referenciais idênticos de valor.

4.2.2. Vantagens do Justo Valor

Apesar de o conceito de custo histórico ainda ser o mais utilizado na contabilidade, o justo valor, apesar de algumas das suas desvantagens, começa a ganhar importância. Influenciado pela sua característica principal, a relevância, o justo valor permite atribuir aos activos valores actuais de mercado, ultrapassando uma das desvantagens do custo histórico.

Através da utilização do justo valor é possível informar acerca da capacidade de cada entidade obter recursos financeiros através da alienação dos seus activos, uma vez que este método apresenta valores mais actuais face à realidade.

Sendo que o justo valor atribui valores mais ajustados à realidade de cada empresa, torna-se mais fácil determinar a capacidade da entidade para fazer face às suas obrigações.

4.2.3. Desvantagens do Justo Valor

O facto de a determinação do justo valor ter que obedecer a um conjunto de critérios que poderão não estar presentes na realidade das empresas portuguesas quando estas incluírem o justo valor na sua contabilidade, poderá tornar-se numa dificuldade acrescida na adopção do novo SNC.

Uma vez que para a aplicação do justo valor é necessário recorrer a mercados de referência para um activo específico, ou no caso de estes não existirem, é necessário recorrer a técnicos e regras de valorização que permitam a determinação de valores estimados, muitas vezes, a fiabilidade da adopção deste conceito é posta em causa.

Para o caso dos bens que não são facilmente encontrados no mercado, ou seja, que não possuem mercado de referência, este conceito torna-se de difícil aplicação e mesmo para activos alienáveis, alguns deles não possuem mercados completos e perfeitos. Além disso o custo da determinação do justo valor de certos activos é demasiado elevado, em virtude da escassez de informação acerca dos mesmos.

O facto de o mundo empresarial estar em constante evolução e as flutuações de preços de mercado serem uma realidade, torna-se de mais difícil aplicação este conceito, uma vez que varia conforme o momento de tempo considerado.

A existência de activos que funcionam em conjunto com outros activos dificulta a utilização do justo valor, pois torna-se difícil atribuir um valor individualizado.

4.3. Custo Histórico e Justo Valor – Principais diferenças

Conforme descrito na § 12 da Estrutura Conceptual³⁸ do novo SNC:

“O objectivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.”

Conforme referido no § 43 da Estrutura Conceptual, para ser útil a informação tem que ser relevante, estando aqui presente o conceito de justo valor. No entanto se houver demora indevida no relato da informação ela pode perder a sua relevância, tendo o órgão de gestão que balancear os méritos relativos do relato tempestivo com o fornecimento de informação fiável, estando aqui presente o conceito de custo histórico.

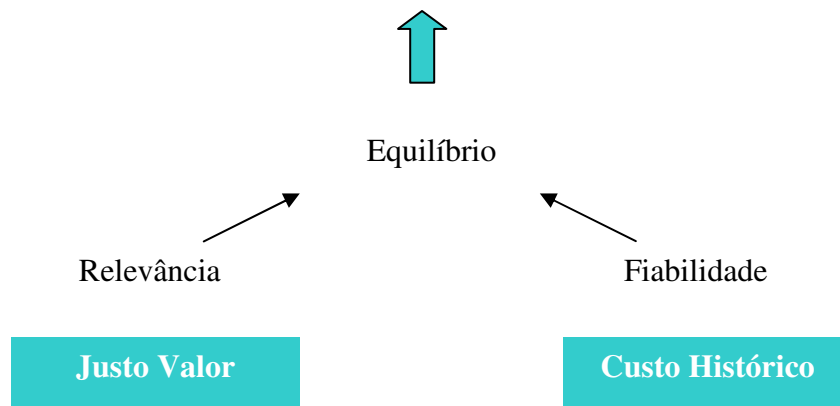
Pelo contrário se a divulgação da informação for demorada até que se conheçam todos os factos, a informação pode ser altamente fiável, mas não é relevante, uma vez que tem pouca utilidade para os utentes que tenham que tomar decisões. Para conseguir um equilíbrio entre relevância e fiabilidade deve ter-se em consideração qual é a melhor forma de satisfazer as necessidades dos utentes.

Estes dois requisitos, relevância e fiabilidade, condicionam a selecção do método de valorização aplicável aos elementos das demonstrações financeiras.

³⁸ Comissão de Normalização Contabilística (2008). *Estrutura Conceptual*. Consultado em 12 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.

Utilidade da informação financeira para os utilizadores ³⁹

Objectivos da informação financeira



Custo Histórico	Justo Valor
Característica qualitativa: Fiabilidade	Característica qualitativa: Relevância
Considera valores, por vezes, desadequados da realidade actual	Considera valores próximos da realidade
Informação mais fiável mas não relevante para uma tomada de decisão	Útil para a tomada de decisões, mas não apresenta valores tão fiáveis
Satisfaz a objectividade, verificabilidade e imparcialidade	Satisfaz a comparabilidade
Corresponde a uma informação do passado	Corresponde a uma informação do presente
Não é necessária a existência de um mercado activo	É necessária a existência de um mercado activo
Envolve maior nível de certeza e menor risco	Envolve maior nível de incerteza e maior risco

³⁹ Sousa, F. (2001). El Valor Razonable y el coste histórico en el marco de la relevância y la fiabilidad de la información financiera. *Revista AECA* nº 55

5. O Impacto da Adopção do Justo Valor nas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, no âmbito do Novo Sistema de Normalização Contabilística em Portugal

5.1. A Introdução do conceito de Justo Valor

A aplicação do conceito de justo valor assumiu maior relevância aquando da publicação da Directiva nº 2001/65/CE de 27 de Setembro e da Directiva nº 2003/51/CE de 17 de Julho que produziram alterações à 4ª Directiva (78/660/CEE) sobre as contas individuais e à 7ª Directiva (83/349/CEE) sobre as contas consolidadas.

A Directiva 2001/65/CE altera a 4ª e a 7ª Directiva com vista à permissão do justo valor, em que fica definido que os Estados-Membros poderão autorizar ou exigir a todas ou determinadas sociedades a avaliação pelo justo valor dos instrumentos financeiros, incluindo derivados, com algumas excepções. De acordo com o descrito no ponto 6 desta Directiva⁴⁰:

“ A natureza dinâmica dos mercados financeiros internacionais tem conduzido à utilização generalizada não só dos instrumentos financeiros primários tradicionais, tais como acções e obrigações, mas também de diversas formas de instrumentos financeiros derivados, como futuros, opções, contratos a prazo sobre taxas de juro e swaps.”

De seguida o ponto 7 da mesma Directiva reforça a utilização do justo valor:

“ Os principais organismos de normalização contabilística a nível mundial têm vindo a afastar-se do modelo do custo histórico para a valorimetria destes instrumentos financeiros, tendendo para um modelo de contabilidade pelo justo valor.”

Por sua vez, Portugal pronuncia-se acerca da utilização do justo valor através do Decreto-Lei 88/2004 de 20 de Abril, através do qual é transposta para o ordenamento jurídico nacional a Directiva 2001/65/CE.

A Directiva 2003/51/CE surge no sentido de eliminar as incoerências existentes entre as directivas e as NIC. Conforme descrito no seu ponto 6 : “(...) apela-se à U.E. para que

⁴⁰ Comissão de Normalização Contabilística (2001). *Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Setembro de 2001*. Consultado em 7 de Maio de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt>.

desenvolva esforços tendentes em manter a coerência entre as directivas contabilísticas comunitárias e a evolução das NIC (...)”⁴¹

5.2. As NCRF e o Justo Valor

Todo o SNC assenta num conjunto de conceitos de referência que estão definidos na Estrutura Conceptual. Embora esta não constitua uma norma, mas sim um quadro de referência e de alicerce às próprias normas, ao qual não pode se atribuído valor jurídico que se sobreponha às mesmas, não deixa de ser um elemento estruturante que serve de base a toda a estrutura normativa.

A Estrutura Conceptual do SNC estabelece os conceitos subjacentes à preparação e apresentação do conjunto das demonstrações financeiras que é composto por:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Anexo

A apresentação das demonstrações financeiras deve assentar num conjunto de princípios e características qualitativas fundamentais:

- Regime de Acréscimo;
- Continuidade;
- Consistência;
- Não compensação de saldos;
- Prestação de informação comparativa.

Como características qualitativas, a Estrutura Conceptual, defende as seguintes:

- Compreensibilidade;
- Relevância;
- Fiabilidade;
- Comparabilidade.

⁴¹ Comissão de Normalização Contabilística (2003). *Directiva 2003/51/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Junho de 2003*. Consultado em 7 de Maio de 2009 em http://www.cnc.min-financas.pt/DirectivasUE/Directiva_2003_51_CE_pt.pdf.

As NCRF constituem o essencial do novo SNC e serão publicadas sobre a forma de Aviso no Diário da República.

Importa saber que as NCRF assentam em quatro pilares fundamentais de normalização⁴²:

- Reconhecimento: regras que determinam o registo contabilístico;
- Mensuração: regras para determinação das quantias que irão afectar os activos e passivos;
- Apresentação: definição das regras de apresentação das Demonstrações Financeiras;
- Divulgação: definição da informação a ser revelada no Anexo.

5.2.1. NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF

A NCRF 3 aplica-se às primeiras demonstrações financeiras a emitir por uma entidade segundo o novo SNC. Esta norma tem como principal objectivo assegurar que as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF contenham informação que:

- Seja transparente e comparável;
- Proporcione um ponto de partida para a contabilização segundo as NCRF;
- Possa ser gerada a um custo que não exceda os benefícios para os utentes.

Conforme o descrito na norma, o órgão de gestão da entidade deve emitir, na parte inicial do Anexo às demonstrações financeiras e, eventualmente no Relatório de Gestão, uma declaração explícita em como refere que as demonstrações financeiras apresentadas são as primeiras de acordo com o novo referencial contabilístico.

De acordo com o descrito no ponto 5 desta norma⁴³:

“ Uma entidade deve preparar um balanço de abertura de acordo com as NCRF. Este é o ponto de partida da sua contabilização segundo as NCRF e servirá de comparativo nas primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF.”

Para se cumprir o disposto neste ponto a entidade teria de elaborar um balanço inicial a 1-1-n-1⁴⁴, para que as primeiras demonstrações financeiras incluam, pelo menos, um ano de

⁴² Cipriano, J. (2008). SNC – Projecto: O novo SNC – Enquadramento e 1ª Aplicação das NCRF. *Formação Segmentada da CTOC*.

⁴³ Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 3- Adopção pela primeira vez das NCRF*. Consultado em 7 de Maio de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>.

⁴⁴ Admitindo que o SNC entrará em vigor a 1.1.2010, a data de elaboração do balanço inicial seria de 1.1.2009.

comparação. Ao elaborar o balanço inicial, as políticas contabilísticas utilizadas poderão diferir das utilizadas de acordo com o POC, sendo necessário efectuar os devidos ajustamentos, que devem ser reconhecidos no capital próprio.

O primeiro balanço a ser construído segundo as NCRF, implica, em termos de reconhecimento:

- Que se continuem a reconhecer os activos e passivos que já eram reconhecidos no POC e que também o devam ser nas NCRF;
- Que deixem de se reconhecer activos e passivos que, embora o fossem no POC, o não devam ser de acordo com as NCRF. Por exemplo: Activos Intangíveis gerados internamente, Despesas de Investigação e Contratos de Construção;
- Que sejam reconhecidos activos e passivos que até aí não o eram, nos termos do POC. Como por exemplo: Activos Biológicos, Instrumentos Financeiros e Benefícios dos Empregados;
- Que se reclassifiquem activos de acordo com as NCRF. Como é o caso dos activos detidos para venda, activos biológicos, subsídios e apoios do Governo e unidades operacionais descontinuadas.
- Que se mensurem de acordo com critérios diferentes itens relacionados com Trespasse (*Goodwill*), Propriedades de Investimento, Imparidade de Activos, Activos Biológicos, entre outros.

Prevêem-se um conjunto de isenções e flexibilizações ao princípio de adopção integral das NCRF no balanço de abertura, com as seguintes possibilidades:

- Concentração de Actividades Empresariais;
- Justo Valor ou Revalorização como custo considerado;
- Benefícios dos Empregados;
- Diferenças de Transposição Cumulativas;
- Instrumentos Financeiros Compostos;
- Activos e Passivos de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos;
- Locações;

- Mensuração pelo Justo Valor de activos financeiros ou passivos financeiros no reconhecimento inicial.

5.2.2. NCRF 7 – Activos Fixos Tangíveis

O objectivo desta norma é o de prescrever o tratamento contabilístico para activos fixos tangíveis considerando os principais aspectos na sua contabilização.

De acordo com esta norma⁴⁵ são considerados activos fixos tangíveis aqueles que:

“(...)sejam detidos por uma empresa para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos, e que se espera que sejam usados durante mais do que um período.”

Esta norma refere ainda que:

“ O custo de um item de activo fixo tangível deve ser reconhecido como activo se, e apenas se for provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluam para a entidade e o custo do item puder ser mensurado fiavelmente.”

Não existe uma unidade de medida que indique o que constitui um item do activo fixo tangível. Sendo assim, é necessário exercer juízos de valor ao aplicar os critérios de reconhecimento às particularidades de cada entidade.

5.2.2.1. Reconhecimento Inicial

O reconhecimento inicial deste tipo de activo deve ser inicialmente valorizado atendendo ao princípio do custo histórico, ou seja, devem ser registados ou ao custo de aquisição ou de produção, consoante o caso, tendo em atenção os vários componentes que o custo compreende:

- Preço de Compra;
- Direitos de Importação;
- Impostos de Compra não reembolsáveis;

⁴⁵ Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 7- Activos Fixos Tangíveis*. Consultado em 7 de Maio de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>.

- Custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para este ser capaz de funcionar como pretendido;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do activo e de restauração do local no qual este está localizado;
- Deduzido dos descontos e abatimentos.

Assim que o activo entre em funcionamento normal nenhum custo deve ser adicionado aos custos registados inicialmente, sendo todos os custos posteriormente incorridos, reconhecidos como gastos do período.

Quando um activo fixo tangível é adquirido por troca com outro ou outros activos, e se se tratar de uma transacção efectuada com base num mercado activo, o custo desse activo é mensurado ao justo valor. Se não estivermos na presença de um mercado activo, o item adquirido não poderá ser mensurado pelo justo valor, mas sim pela quantia escriturada do activo cedido.

5.2.2.2. Reconhecimento Subsequente

Após o reconhecimento inicial, a empresa deve escolher o método a aplicar nos registos contabilísticos como mensuração do activo e deve aplicar esse mesmo método a uma classe inteira de activos fixos tangíveis. Para o efeito existem dois métodos:

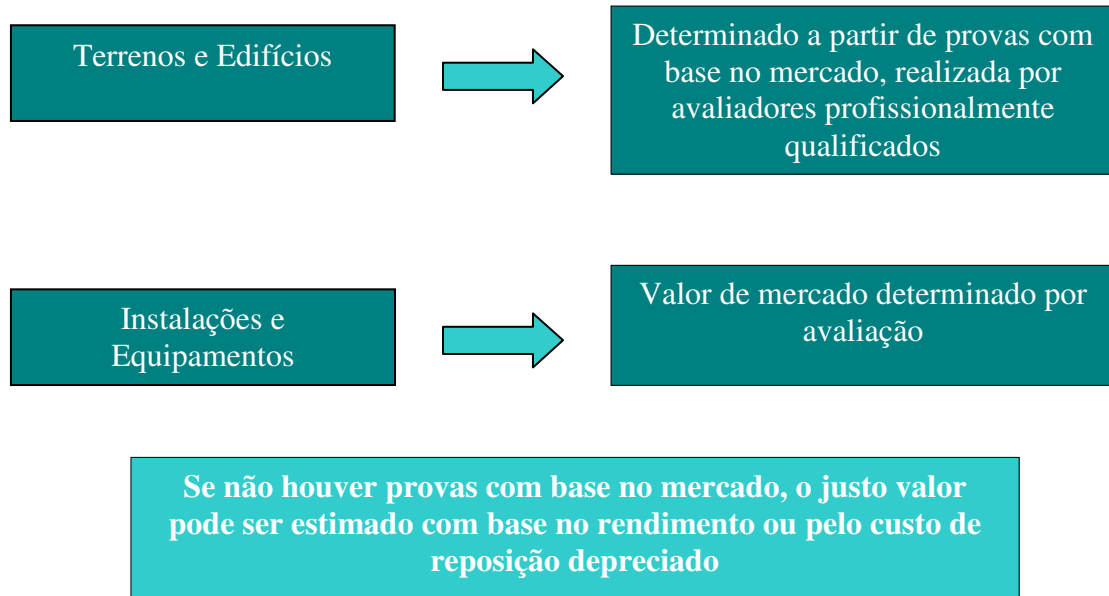
- Modelo do Custo: após o reconhecimento como activo o item do activo fixo tangível deve ser registado pelo custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas;
- Modelo de Revalorização: após o reconhecimento como um activo, um item do activo fixo tangível cujo justo valor possa ser mensurado fiavelmente deve ser registado por uma quantia revalorizada, designada pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido de qualquer depreciação acumulada e de perdas por imparidade.

O modelo de revalorização permite substituir o custo histórico pelo justo valor nessa data, desde que este possa ser determinado de forma fiável. Neste sentido, pode-se admitir que se contabilizam ganhos ou perdas não realizados efectivamente.

Segundo o §32 desta norma as revalorizações devem ser feitas com alguma regularidade como forma de assegurar que a quantia escriturada não difira substancialmente daquela

que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço. A norma não obriga a reavaliações anuais, mas sim apenas quando houver indicação de que o seu justo valor seja substancialmente diferente à data de balanço. Se anualmente houver apenas alterações insignificantes, as revalorizações podem ser feitas apenas a cada três ou cinco anos.

A revalorização dos activos é feita pelo seu justo valor à data de revalorização, dando a norma indicações de como pode ser determinado o justo valor por classes de activos:



Como exemplos de activos para os quais pode não haver valor de mercado temos as refinarias e siderurgias e as propriedades em locais isolados, remotos ou afastados dos centros habitacionais.

O custo de reposição depreciado implica que se estime o valor do terreno no seu uso actual e a quantia bruta do custo de reposição das propriedades. Seguidamente devem ser efectuadas as respectivas depreciações de forma a considerar o seu estado de uso.

Quando um item do activo fixo tangível é revalorizado, existem duas possibilidades de contabilização das respectivas depreciações acumuladas. Deste modo, a norma determina que quando se trata de um activo revalorizado, por meio da aplicação de um índice ao seu custo de reposição depreciado, qualquer depreciação acumulada à data da revalorização é reexpressa proporcionalmente com a alteração na quantia escriturada bruta do activo. Assim, a quantia escriturada do activo após a revalorização iguala a quantia revalorizada. A outra possibilidade traduz-se na eliminação da quantia escriturada bruta do activo, sendo este método frequentemente utilizado para edifícios.

O exemplo prático seguinte retrata a aplicação do primeiro método, no qual qualquer depreciação acumulada é reexpressa proporcionalmente na quantia escriturada bruta do activo ⁴⁶:

Exemplo Prático

A empresa ABZ, S.A. adquiriu em 1 de Janeiro de 20X0 um motor por 65.000€, com uma vida útil de 15 anos. Ao fim de três anos, em 1 de Janeiro de 20X3 determinou-se o custo de reposição como sendo de 85.000€.

O custo de reposição depreciado será então de 68.000€ $[(85.000€ \div 15 \text{ anos}) \times 12 \text{ anos}]$. Para efectuar a revalorização a empresa terá de fazer os seguintes registos em 1/1/20X3:

Activo Fixo Tangível	20.000€
a Depreciações Acumuladas	4.000€
a Excedente de Revalorização	16.000€

Sendo que os 20.000€ = 85.000€-65000€ e os 4000€ correspondem ao ajustamento das depreciações acumuladas $(85.000€ \div 15 \text{ anos} \times 3 \text{ anos}) = 17000€$ e $(65.000€ \div 15 \text{ anos} \times 3 \text{ anos}) = 13.000€$, sendo assim $17.000€ - 13.000€ = 4.000€$

Quando é aplicado o segundo método, em que qualquer depreciação acumulada à data de revalorização é eliminada contra a quantia escriturada do activo, procede-se da seguinte forma:

⁴⁶ Roberto, J.(2007). Aplicação Prática das NCRF em Portugal. *Manual da Verlag Dashover*. Lisboa

Exemplo Prático

Utilizando os dados do exemplo anterior, a empresa terá de fazer os seguintes registos em 1/1/20X3:

Depreciações Acumuladas	13.000€	
a Activo Fixo Tangível		13.000€

Activo Fixo Tangível	16.000€	
a Excedente de Revalorização		16.000€

As depreciações acumuladas foram anuladas imediatamente antes da revalorização, por contrapartida da quantia bruta do activo.

E reconheceu-se o ajustamento de revalorização de 16.000€ ($85.000€ \div 15 \text{ anos} \times 3 \text{ anos}$) – ($65.000€ \div 15 \text{ anos} \times 3 \text{ anos}$).

Para as duas alternativas o efeito no balanço relativamente ao activo é idêntico. O excedente de revalorização é 16.000€, que iguala o aumento do valor escriturado do activo.

Existem situações em que um aumento de revalorização reverte um decréscimo de revalorização, ou seja, uma anterior perda do mesmo activo, esse aumento é reconhecido como um ganho até ao ponto em que o anterior decréscimo foi reconhecido como gasto. O restante valor de aumento deve ser acrescido ao excedente de revalorização do capital próprio.

Se, pelo contrário, um decréscimo de revalorização reverter um anterior aumento, este deve ser debitado ao excedente de revalorização até ao ponto em que qualquer saldo de crédito existente no excedente de revalorização seja anulado. Sendo o restante valor reconhecido em resultados.

Quando um activo fixo tangível for alienado ou quando não se esperem futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação, este deve ser desreconhecido. Neste caso, o excedente de revalorização pode ser directamente transferido para resultados retidos.

No desreconhecimento, tanto o valor bruto do activo como as depreciações acumuladas são eliminados. A diferença entre a quantia escriturada e quaisquer quantias recebidas dará lugar a um imediato reconhecimento de ganhos ou perdas.

5.2.2.3. Imparidade

Para determinar se um item do activo fixo tangível está com imparidade, deve ser aplicada a NCRF 12 – Imparidade de Activos, seguindo os métodos nela estabelecidos.

A empresa deve contabilizar perdas por imparidade quando a quantia escriturada de um activo excede a sua quantia recuperável. Sendo a quantia recuperável de um activo o valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Conforme se pode verificar pela descrição desta norma, existe uma clara tendência para a utilização do justo valor. De facto, embora defenda o registo inicial pelo custo histórico, introduz posteriormente a opção pelo conceito de justo valor.

5.2.3. NCRF 11 – Propriedades de Investimento

No âmbito desta norma importa referir o que são as denominadas propriedades de investimento. Conforme o §5 desta norma⁴⁷ podem ser definidas como:

“É a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de um edifício – ou ambos) detida (pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira) para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas as finalidades e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas ou para venda no curso ordinário do negócio.”

As propriedades de investimento são elementos detidos para obter rendas ou para valorização de capital. O que distingue as propriedades de investimento dos activos fixos tangíveis, definidos na NCRF 7, é que estas geram fluxos de caixa altamente independentes dos outros activos detidos pela entidade, ao contrário dos outros que são propriedades ocupadas pelos donos.

⁴⁷ Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 11 – Propriedades de Investimento*. Consultado em 7 de Maio de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>

As principais diferenças entre os dois elementos do activo podem ser resumidas no quadro seguinte⁴⁸:

Propriedades de Investimento	Activos Fixos Tangíveis
<p>São detidas pelo dono, ou pelo locatário no caso de uma locação financeira, para obter:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rendas - Valorização de Capital - Para ambas as situações 	<p>Para além de fábricas e equipamentos, também incluem propriedades ocupadas pelo dono, ou pelo locatário numa locação financeira, que se destinam a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas - Vendas no curso normal do negócio

Esta distinção é primordial porque as propriedades de investimento são fundamentalmente um investimento e não um activo que é usado e consumido pela empresa, logo sujeito a depreciação regular.

5.2.3.1. Reconhecimento Inicial

Uma propriedade de investimento só pode ser reconhecida como activo apenas quando for provável que fluam futuros benefícios económicos para a entidade e o seu custo possa ser mensurado fiavelmente.

Tal como os activos definidos na NCRF 7, as propriedades de investimento devem ser mensuradas, inicialmente, pelo seu custo, incluindo os custos de transacção, tais como o preço de compra e qualquer dispêndio directamente atribuível a esta.

Sempre que um activo é adquirido pela troca de outro, a mensuração do activo recebido é feita ao justo valor, a não ser que a transacção de troca careça de substância comercial, ou nem o justo valor do activo recebido, ou nem o justo valor do activo cedido sejam fiavelmente mensuráveis. Se o activo adquirido não for mensurado pelo justo valor, o seu custo é mensurado pela quantia escriturada do activo cedido.

⁴⁸ Roberto, J.(2007). Aplicação Prática das NCRF em Portugal. *Manual da Verlag Dashover*. Lisboa

O custo inicial do interesse de propriedade detido numa locação e classificado como uma propriedade de investimento, deve estar de acordo com o prescrito para uma locação financeira. No começo do período da locação a quantia equivalente a reconhecer deve ser o justo valor da propriedade ou, se menor, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação no início desta.

5.2.3.2. Mensuração Subsequente

Na mensuração subsequente das propriedades de investimento, a empresa pode escolher como política contabilística o modelo do custo ou o modelo do justo valor. Sendo que a política escolhida deve ser aplicada a todas as propriedades de investimento da empresa.

Apesar de existir a escolha entre estes dois métodos, seja qual for o eleito / seleccionado, à gestão é exigido que determine o justo valor das propriedades de investimento. Esta avaliação servirá para a mensuração caso o modelo do justo valor tenha sido o adoptado ou para efeitos de divulgação caso tenha sido adoptado o modelo do custo.

Quando uma empresa opta por utilizar o modelo do justo valor deve ter em atenção que tem de mensurar pelo mesmo modelo todas as suas propriedades de investimento, excepto nos casos em que não é possível a sua determinação.

De acordo com esta norma, o justo valor da propriedade de investimento é o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não exista relacionamento entre as mesmas. Na formação do justo valor é excluído um preço estimado inflacionado ou deflacionado por condições ou circunstâncias especiais tais como financiamentos atípicos, acordos de venda e relocação, considerações especiais ou concessões dadas por alguém associado à venda.

Uma entidade determina o justo valor sem qualquer dedução para custos de transacção em que possa incorrer por venda ou outra alienação.

O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data de balanço, uma vez que este conceito é específico do tempo relativo a uma determinada data. Refira-se que se as condições de mercado se alteram, a quantia definida como justo valor pode tornar-se incorrecta ou não ser apropriada, se estimada em relação a outro momento.

Um ganho ou perda proveniente de uma alteração no justo valor de propriedades de investimento deve ser reconhecido nos resultados do período em que ocorra.

O melhor cenário para a determinação do justo valor acontece quando existe um mercado activo de propriedades semelhantes, no mesmo local e condição e sujeitas a locações e outros contratos idênticos, em que seja relativamente fácil definir qual o preço corrente de mercado. Caso não exista um mercado activo em que seja possível determinar qual o preço corrente de mercado, a empresa terá que considerar informação proveniente de uma variedade de fontes, que, conforme descrito no § 48 desta norma, podem ser:

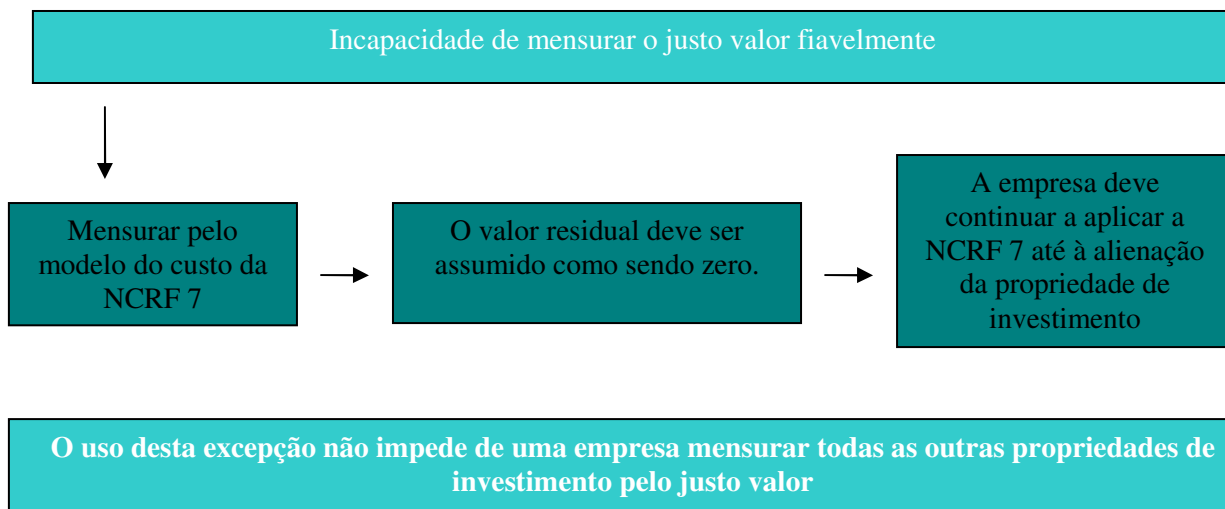
- Preços correntes num mercado activo de propriedades de diferente natureza, condição ou localização;
- Preços recentes de propriedades semelhantes em mercados menos activos, com os necessários ajustamentos;
- Projecções de fluxos de caixa descontados com base em estimativas fiáveis de futuros fluxos de caixa, usando apropriadas taxas de desconto.

Caso as várias fontes referidas se encaminhem na determinação de um justo valor com conclusões diferentes, a entidade deve considerar as razões dessas diferenças e tentar chegar à estimativa mais fiável dentro de um intervalo razoável.

O §51 desta norma chama a atenção para a diferença entre justo valor e valor de uso, sendo que valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam derivados de um activo ou unidade geradora de caixa. O valor de uso é visto ao nível só da empresa enquanto que o justo valor é entendido ao nível do mercado e não tem em conta as circunstâncias que são próprias de uma empresa em particular.

Se existir incapacidade de determinar o justo valor, a norma estipula que uma empresa deve mensurar a propriedade de investimento utilizando o modelo do custo, definido na NCRF 7.

Modelo do Justo Valor



Fonte: Verlag Dashofer – Aplicação Prática das NCRF em Portugal

À data de balanço a quantia escriturada de cada propriedade de investimento tem de ser ajustada para o seu justo valor actual. Conforme já foi referido anteriormente, um ganho ou uma perda resultante de uma alteração no justo valor deve ser reconhecido nos resultados do período em que ocorra. Se tivermos atenção, concluímos que este tratamento difere do dado aos activos fixos tangíveis no modelo de revalorização (um ganho) em que é creditado directamente no capital próprio, como excedente de revalorização, ao contrário do que acontece com as propriedades de investimento. Tal verifica-se porque os dois activos representam papéis distintos para a empresa, já que as propriedades de investimento são detidas para rendimento e para possível valorização. Assim, a sua variação está associada com a avaliação do desempenho operacional das empresas, pelo que qualquer ganho ou perda resultante de uma alteração no justo valor será reconhecida nos resultados do período em que ocorre.

Por outro lado, uma entidade que escolha o método do custo apresenta as suas propriedades de investimento ao seu custo menos as depreciações e perdas por imparidade acumuladas, de acordo com o prescrito na NCRF 7. Ao não ser que satisfaçam os critérios de classificação como detidas para venda, e nesse caso devem ser mensuradas de acordo com a NCRF 8 – Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

De lembrar que, se o método de custo for o escolhido, a informação sobre o justo valor deve ser na mesma divulgada.

5.2.3.3. Transferências

As transferências para, ou de, propriedades de investimento devem ser efectuadas apenas quando houver uma alteração do seu uso.

Nas empresas que optaram pelo modelo do custo para reconhecer as suas propriedades de investimento e tenham ocorrido transferência de activos fixos ocupados pelo dono ou inventários para propriedades de investimento, estas transferências não alteram a quantia escriturada da propriedade transferida e não alteram o custo dessa propriedade para finalidades de mensuração ou divulgação.

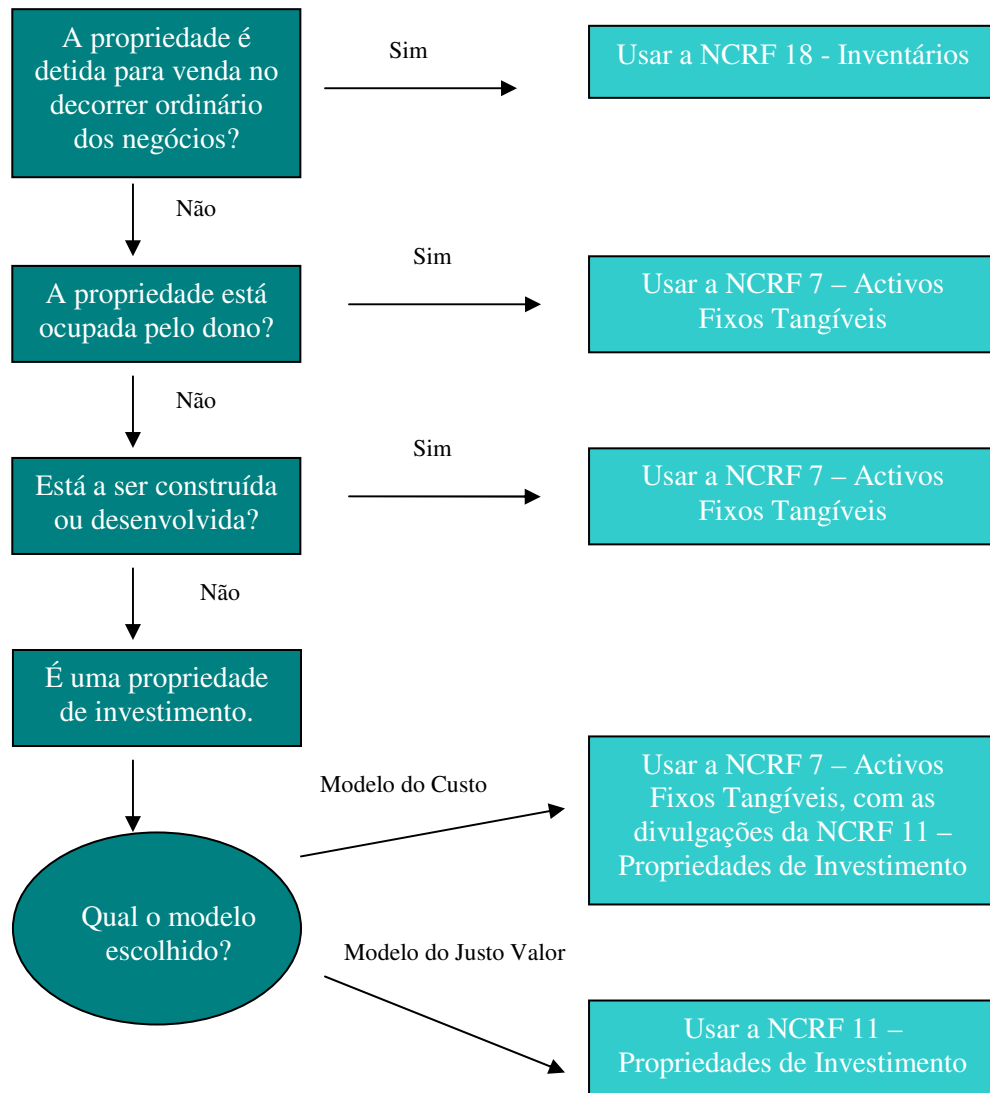
Para as empresas que optaram pelo modelo do justo valor e tenha sido efectuada uma transferência de propriedade de investimento, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização, deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso.

.

5.2.3.4. Alienações

Uma propriedade de investimento deve ser desreconhecida do balanço aquando da sua alienação ou quando for permanentemente retirada de uso e nenhuns benefícios económicos futuros forem esperados da sua alienação. A alienação de uma propriedade de investimento pode ser alcançada pela venda ou pela celebração de uma locação financeira. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes da retirada de uso ou da alienação da propriedade de investimento devem ser determinados como a diferença entre o produto líquido da alienação e a quantia escriturada do activo e devem ser reconhecidos nos resultados no período da retirada ou da alienação, a não ser que a NCRF 9 – Locações, no caso de uma venda e relocação, o exija de outra forma.

Através do seguinte quadro podemos resumir todo o processo inerente às propriedades de investimento e à norma contabilística que lhe está subjacente:



Fonte: Verlag Dashofer – Aplicação Prática das NCRF em Portugal

5.2.4. NCRF 6 – Activos Intangíveis

Esta norma tem como objectivo descrever as regras de reconhecimento e mensuração do valor contabilístico de um activo intangível. Este tipo de activo é, segundo o §8 desta norma⁴⁹ “um activo não monetário identificável sem substância física.”

A aplicação desta norma destina-se a activos intangíveis que cumprem com um conjunto de critérios específicos:

- Identificabilidade;
- Controlo sobre um recurso;
- Existência de benefícios económicos futuros.

Um activo é identificável quando for capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto, ou quando resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Esta característica existe para os distinguir do *trespasse* (*goodwill*), uma vez que este representa um pagamento feito pelo adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de activos que não sejam facilmente identificados e separadamente reconhecidos.

O controlo implica o poder de obtenção, por parte do activo, de benefícios económicos futuros, assim como a restrição de acesso por outras entidades a esses mesmos benefícios. Por exemplo, uma patente dá ao seu detentor o direito exclusivo do produto ou serviço associado, sem interferência de outras entidades.

Relativamente à existência de benefícios económicos futuros, estes podem tomar a forma de rédito na venda de bens e prestação de serviços, poupança em custos ou outros benefícios na utilização deste tipo de activos.

Contudo nem todos os activos intangíveis que cumprem estes três critérios são enquadráveis nesta norma, e de acordo com o §3 podemos referir os seguintes:

- Activos Intangíveis detidos por uma entidade para venda no decurso ordinário da actividade empresarial (NCRF 18 e NCRF 19);
- Activos por impostos diferidos (NCRF 25);
- Locações que estejam dentro do âmbito da NCRF 9;
- Activos provenientes de benefícios de empregados (NCRF 28);

⁴⁹ Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 6 – Activos Intangíveis*. Consultado em 7 de Maio de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>

- Activos financeiros tal como definidos na IAS 39, bem como activos financeiros cujo reconhecimento e mensuração sejam tratados na NCRF 13 e NCRF 15;
- Trespasse (*Goodwill*) adquirido numa concentração de actividades empresariais (NCRF 14);
- Activos intangíveis não correntes classificados como detidos para venda (NCRF 8).

Deste modo, e de acordo com Roberto (2007)⁵⁰, um activo intangível pode ser definido como:

“Activos não monetários sem substância física que são detidos para utilização na produção, ou fornecimento de bens e serviços, ou para alugar a outros, ou para objectivos administrativos, que são identificáveis e controlados pela entidade como resultado de acontecimentos passados e dos quais se espera que fluam benefícios económicos no futuro.”

Em certos casos surgem dificuldades em classificar determinado activo. Segundo o §4 da norma, alguns activos intangíveis podem estar contidos numa substância física tal como um disco compacto, no caso de software para computadores, ou numa marca ou patente e seja difícil definir se deve ser considerado intangível ou tangível. Nestes casos, para determinar se um activo deve ser tratado segundo a NCRF 7 ou a NCRF 6, a empresa deve usar o seu juízo de valor para avaliar qual o elemento mais significativo e proceder à sua classificação de acordo com este critério.

5.2.4.1. Reconhecimento inicial

Para que um item seja reconhecido como activo intangível tem que satisfazer dois critérios:

- A definição de um activo intangível;
- Os critérios de reconhecimento.

O critérios de reconhecimento a aplicar são diferentes de acordo com o tipo de aquisição do bem. Assim sendo, temos diversas formas de reconhecimento conforme o bem tenha sido adquirido separadamente, ou numa concentração de actividades empresariais, ou por

⁵⁰ Roberto, J.(2007). Aplicação Prática das NCRF em Portugal. *Manual da Verlag Dashover*. Lisboa. P. 3 Cap. 2.

meio de subsídio governamental, ou através de troca ou, ainda, através de trespasse gerado internamente.

➤ **Aquisição separada**

Através de uma aquisição separada a mensuração do custo de um activo intangível é semelhante ao custo de um activo fixo tangível.

Na mensuração do custo inicial considera-se o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos directamente necessários para colocar o activo em funcionamento, deduzindo os descontos comerciais e abatimentos.

➤ **Aquisição como parte de uma concentração de actividades empresariais**

De acordo com NCRF 14, se um activo intangível for adquirido numa concentração de actividades empresariais, o custo desse activo é o seu justo valor à data de aquisição. Tal acontece porque o justo valor de activos intangíveis pode ser mensurado com fiabilidade suficiente para ser reconhecido separadamente do trespasse (*goodwill*).

Se não existir comercialização do activo, num mercado activo, mas este é passível de ter mensuração fiável, o justo valor é a quantia que a entidade teria de pagar, à data de aquisição, pelo activo num transacção entre partes conhecedoras não relacionadas e dispostas a isso, com base na melhor informação disponível. Caso não exista mercado activo e seja impossível a sua mensuração fiável, o activo não é reconhecido e é incluído no *goodwill*.

➤ **Aquisição por meio de um subsídio do Governo**

De acordo com a NCRF 22, uma entidade pode, inicialmente, optar por reconhecer o justo valor tanto do activo intangível como do subsídio. Se uma entidade escolher não reconhecer o activo inicialmente pelo justo valor, a entidade reconhece-o, nessa data, por uma quantia nominal, acrescido de qualquer dispêndio que seja directamente atribuível para preparar o activo para o seu uso pretendido.

➤ **Troca de Activos**

Numa troca de activos, a mensuração do activo recebido é feita ao justo valor, excepto quando a transacção de troca careça de substância comercial ou quando nem o justo valor do activo recebido nem o justo valor do activo cedido são fiavelmente mensuráveis.

Nestes casos, se o activo não for mensurado pelo seu justo valor, o seu custo é mensurado pela quantia escriturada do activo cedido.

➤ **Trespasse (*Goodwill*) gerado internamente**

O §48 desta norma refere que “o trespasse (*goodwill*) gerado internamente não deve ser reconhecido como um activo.” Tal acontece porque este não é um recurso identificável, controlado pela entidade e que possa ser mensurado fiavelmente mensurado pelo seu custo.

➤ **Activos intangíveis gerados internamente**

A mensuração do custo deste tipo de activo é bastante difícil. Porém, se forem cumpridos certos requisitos, estes activos podem ser capitalizados e depreciados durante o período de vida útil.

Para avaliar se um activo intangível satisfaz os critérios de reconhecimento, uma entidade classifica a formação do activo em fase de pesquisa e em fase de desenvolvimento.

De acordo com o §54 da norma, nenhum activo proveniente da fase de pesquisa deve ser reconhecido, sendo, portanto, considerado como gasto quando incorrido.

Um activo intangível proveniente da fase de desenvolvimento só pode ser capitalizado se cumprir determinados critérios de reconhecimento.

5.2.4.2. Reconhecimento Subsequente

Após o reconhecimento inicial, uma entidade deve escolher o modelo de custo ou o modelo de revalorização como sua política contabilística.

No modelo de custo, o activo deve ser escriturado pelo valor do seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O modelo de revalorização permite substituir o custo histórico pelo justo valor. O justo valor deve ser determinado com referência a um mercado activo, sendo que, as revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade por forma a que, na data do balanço, a quantia escriturada do activo não difira materialmente do seu justo valor.

Tal como o procedimento adoptado na NCRF 7, quando um item do activo fixo tangível é revalorizado, existem duas possibilidades de contabilização das respectivas depreciações acumuladas. A primeira opção determina que qualquer depreciação acumulada à data da revalorização é reexpressa proporcionalmente com a alteração na quantia escriturada bruta do activo de forma a que a quantia escriturada do activo após a revalorização iguale a quantia revalorizada. Na segunda opção, qualquer depreciação acumulada é eliminada

contra a quantia bruta escriturada do activo e a quantia líquida reexpressa como a quantia revalorizada do activo.

Esta norma iguala o tratamento dado pela NCRF 7, no caso das revalorizações. Neste sentido, sempre que um aumento de revalorização reverter um decréscimo de revalorização, esse aumento é reconhecido como um ganho até ao ponto em que o anterior decréscimo foi reconhecido como gasto e restante valor de aumento deve ser acrescido ao excedente de revalorização do capital próprio.

Se, pelo contrário, um decréscimo de revalorização reverter um anterior aumento, este deve ser debitado ao excedente de revalorização até ao ponto em que qualquer saldo de crédito existente no excedente de revalorização seja anulado. Sendo o restante valor reconhecido em resultados.

De referir ainda que a contabilização de um activo intangível é efectuada com base na sua vida útil. Assim, a norma afirma que um activo intangível com uma vida útil finita deve ser amortizado e um activo intangível com uma vida útil indefinida não é amortizado.

Assim como na NCRF 7, esta norma estipula como tratamento de referência que os activos intangíveis sejam registados inicialmente pelo seu custo histórico. Apenas na mensuração subsequente é que permite a escolha entre um dos dois métodos, o método de custo ou método de revalorização, apelando, neste segundo, mais uma vez, ao conceito de justo valor.

5.2.5. NCRF 12 – Imparidade de Activos

Uma entidade deve contabilizar perdas por imparidade quando a quantia escriturada de um activo excede a sua quantia recuperável. Esta quantia recuperável é o valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso.

É da responsabilidade das empresas reverem os seus activos fixos tangíveis e intangíveis de forma a terem consciência se o valor pelo qual estão registados corresponde ao seu valor recuperável à data de balanço.

Uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade. Independentemente de existir esta indicação, a empresa deve testar anualmente a imparidade de um activo intangível com vida útil

indefinida ou um activo intangível ainda não definido para uso e a imparidade do *trespasse* (*goodwill*) adquirido numa concentração de actividades empresariais.

Esta norma⁵¹ aplica-se a activos que sejam escriturados pelo justo valor de acordo com outras normas, entre elas a NCRF 6 e 7.

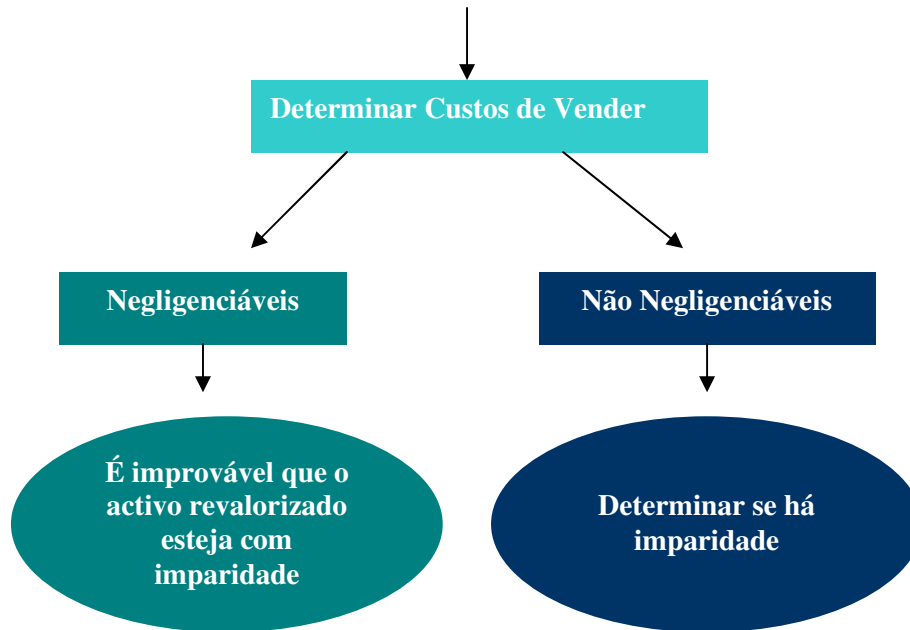
Para identificar se um activo revalorizado está com imparidade é necessário ter em conta quais foram os fundamentos usados para determinar o justo valor. Sendo assim, e conforme descrito no §3 desta norma:

- Se o justo valor do activo for o seu valor de mercado, a única diferença entre o justo valor e o seu justo valor menos os custos de vender são os custos directos incrementais para alienar o activo:
 - Se os custos com a alienação foram negligenciáveis, a quantia recuperável do activo revalorizado aproxima-se necessariamente do seu justo valor ou é superior ao mesmo. Neste caso, é improvável que o activo revalorizado esteja com imparidade;
 - Se os custos com a alienação não forem negligenciáveis, o justo valor será inferior, Por isso o activo revalorizado está com imparidade se o seu valor de uso for inferior ao seu justo valor.
- Se o justo valor do activo for determinado numa base que não seja o seu valor de mercado, o seu justo valor pode ser superior ou inferior à sua quantia recuperável.

⁵¹ Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 12 – Imparidade de Activos*. Consultado em 7 de Maio de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>

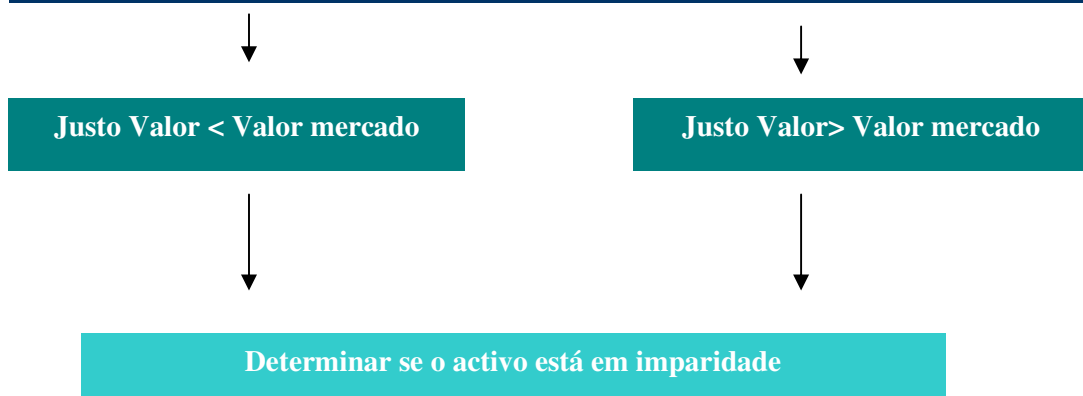
As figuras seguintes permitem demonstrar melhor a aplicação destes dois métodos.
Neste caso temos a quantia escriturada igual ao valor de mercado:

Quantia Escriturada (Justo Valor à data de revalorização) = Valor de Mercado



No segundo caso, a quantia escriturada é diferente do valor de mercado:

Quantia Escriturada (Justo Valor à data de revalorização) \neq Valor de Mercado



5.2.6. NCRF 14 – Concentrações de Actividades Empresariais

Uma concentração de actividades empresariais é a junção de entidades ou actividades empresariais separadas, numa única entidade que relata. Normalmente, a entidade adquirente obtém controlo de uma ou mais actividades empresariais diferentes, as entidades adquiridas.

Para efeitos desta norma⁵², se uma entidade obtiver o controlo de uma ou mais entidades que não sejam actividades empresariais, a junção dessas entidades não é considerada uma concentração de actividades empresariais. Neste caso, a entidade deve imputar o custo do grupo entre os passivos e activos individuais identificáveis do grupo com base nos seus justos valores à data de aquisição.

Uma actividade empresarial é definida, segundo o §9 desta norma como sendo “um conjunto integrado de actividades conduzidas e de activos geridos com a finalidade de proporcionar um retorno aos investidores ou custos mais baixos ou outros benefícios económicos directa e proporcionalmente aos participantes.”

Uma concentração de actividades empresariais pode ser estruturada numa variedade de formas por razões legais, fiscais ou outras. Contudo, a operação mais frequente é verificada através da aquisição por uma entidade, o adquirente, do capital próprio, no todo ou em parte, de outra entidade, a adquirida.

5.2.6.1. Método de Contabilização

O §10 refere que “todas as concentrações de actividades empresariais devem ser contabilizadas pela aplicação do método de compra.” Nesta norma, é portanto, abolido o método de comunhão de interesses.

Para o estudo desta norma é necessário compreender que a aquisição tem subjacente o método da compra que permite a utilização do justo valor. Por outras palavras, pode-se dizer que a aquisição deve ser contabilizada pelo seu custo, ou seja, pelo justo valor dos activos e passivos identificáveis na data de aquisição.

⁵² Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 14 – Concentração de Actividades Empresariais*. Consultado em 9 de Maio de 2009 em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>

Conforme descrito por Roberto (2007)⁵³:

“Em qualquer operação de aquisição está implícito, aquilo que na prática vulgarmente se designa como, um exercício de justo valor. Os activos e passivos identificáveis da adquirida devem ser incorporados nas demonstrações financeiras da adquirente pelo seu justo valor e não pelo seu valor contabilístico.”

Exemplo Prático

Em 1 de Janeiro de 20X10 a sociedade A adquiriu por 120.000€ a totalidade do capital de uma sociedade B cujo balanço era o seguinte:

Activo Intangível	20.000€	Capital Realizado	70.000€
Activo Fixo Tangível	90.000€	Resultados Transitados	20.000€
Inventários	60.000€		
Activo Corrente	120.000€	Passivo Corrente	200.000€
	290.000€		290.000€

Analizados os activos e passivos da sociedade adquirida, conclui-se que o justo valor de um terreno de B excedia o seu valor contabilístico em 30.000€.

A sociedade A irá pois integrar os activos e passivos adquiridos de B, mas no activo fixo tangível será registado 120.000€ - Justo valor do activo – e não 90.000€ - Valor escriturado no balanço de B).

A aplicação do método de compra implica o cumprimento dos seguintes passos:

- A adquirente deve ser sempre identificada: Apesar de, por vezes, não ser fácil identificá-la, normalmente existem indícios da sua existência, como por exemplo:
 - A entidade com o justo valor mais elevado é, provavelmente, a adquirente;
 - A entidade que cede caixa ou outros activos é, provavelmente, adquirente;

⁵³ Roberto, J.(2007). Aplicação Prática das NCRF em Portugal. *Manual da Verlag Dashover*. Lisboa. P. 4 Cap. 2.

- A entidade cuja capacidade de gestão permita dominar a selecção da equipa de direcção da entidade concentrada resultante, essa é provavelmente a adquirente.
- Mensurar o custo de concentração de actividades empresariais:
 - É determinado como a soma dos justos valores, à data da troca, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos, e dos instrumentos de capital próprio emitidos pela adquirente, em troca do controlo sobre a adquirida, acrescido de quaisquer custos directamente associados à concentração de actividades empresariais.
- Imputar, à data de aquisição, o custo da concentração das actividades empresariais aos activos adquiridos e passivos e passivos contingentes assumidos:
 - À data de aquisição, a adquirente deve reconhecer os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida que satisfaçam os critérios de reconhecimento pelos seus justos valores.

5.2.6.2. Trespasse (Goodwill)

A diferença que resulta do custo de concentração de actividades empresariais e o interesse da adquirente no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis assim reconhecidos é considerada como *goodwill* ou *goodwill* negativo. De acordo com o §33 “representa um pagamento feito pela adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de activos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.”

Podem, portanto, surgir duas situações distintas:

- ❖ $\text{Justo Valor} < \text{Custo de Aquisição} = \text{Goodwill}$ (Trespasse Positivo)
- ❖ $\text{Justo Valor} > \text{Custo de Aquisição} = \text{Badwill}$ (Trespasse Negativo)

À data de aquisição, a adquirente deve reconhecer o *goodwill* como um activo e mensurá-lo, inicialmente, pelo seu custo. Após o reconhecimento inicial deve ser mensurado pelo custo menos qualquer perda por imparidade acumulada.

O *trespasse (goodwill)* adquirido numa concentração de actividades empresariais deixa de ser alvo de amortização anual no seu período de vida útil, mas passa a estar sujeito a testes anuais de imparidade.

Quando a operação der lugar a um *Badwill* pode indicar que activos identificáveis tenham sido sobreavaliados e que passivos identificáveis tenham sido omitidos ou subavaliados. Neste caso, deve ser reanalisada a identificação dos activos e passivos e passivos contingentes pelo justo valor e reconhecer imediatamente em resultados se o excesso se mantiver após a reavaliação.

5.2.7. NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

Esta norma é aplicada no reconhecimento, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. De realçar que, se uma entidade optar por aplicar integralmente as IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações, pode optar por não aplicar esta norma.

O §5 da NCRF 27 define um instrumento financeiro como “um contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.”

Como exemplos de activos e passivos financeiros temos os depósitos bancários, os leasings financeiros e os produtos derivados.

Um activo financeiro ou um passivo financeiro deve ser reconhecido no momento em que a entidade se assume como parte nas cláusulas contratuais, independentemente da existência de fluxos monetários.

5.2.7.1. Mensuração

Na mensuração inicial de activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados, não são incluídos os custos de transacção.

Todos os activos e passivos financeiros são mensurados, em cada data de relato, pelo:

- Custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; ou

- Justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas em resultados.

De acordo com o primeiro método, devem ser mensurados os instrumentos financeiros, designados como tal no reconhecimento inicial e que satisfaçam as seguintes condições:

- À vista ou com maturidade definida;
- Os retornos sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa ou variável que seja um indexante típico de mercado, por exemplo, a *Euribor*, ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante.
- Sem possibilidade de perda do valor nominal e do juro acumulado.

Devem ser ainda mensurados de acordo com o custo amortizado os seguintes:

- Os contratos para conceder ou contrair empréstimo que não possam ser liquidados em base líquida, e
- Os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo valor não possa ser obtido de forma fiável.

Como exemplos de activos que devem ser mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade temos:

- Clientes, outras contas a receber e a pagar, empréstimos bancários;
- Contas a receber e a pagar em moeda estrangeira;
- Empréstimos a subsidiárias e associadas.

Todos os instrumentos financeiros não mensurados ao custo ou ao custo amortizado devem ser mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados. Como exemplo temos:

- Investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente;
- Activos financeiros ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação.

A política de mensuração subsequente não deve ser alterada, enquanto o instrumento financeiro for detido, seja para passar a usar o justo valor, seja para deixar de o usar.

Se deixar de ser possível estimar o justo valor com fiabilidade, o justo valor escriturado torna-se o custo para efeito da adopção do modelo do custo amortizado.

Em cada período de relato, deve ser avaliada a imparidade de todos os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência clara de que existe imparidade, esta deve ser reconhecida na demonstração dos resultados.

5.2.8. NCRF 17 – Agricultura

Esta norma é baseada na IAS 41 e surgiu para colmatar o vazio normativo relativamente à actividade agrícola.

O justo valor surge no âmbito desta norma relacionado com os activos biológicos. Primeiramente importa definir o que é um activo biológico, o qual, conforme o §6 é “um animal ou planta vivos”.

A adopção do justo valor nesta norma foi uma opção bastante criticada. Sendo apontadas como vantagens inerentes à escolha do justo valor, segundo Góis (2002)⁵⁴, as seguintes:

- “Os efeitos das mudanças ocorridas durante a transformação biológica são melhor reflectidos se tiverem em consideração as alterações no justo valor dos activos biológicos. Este argumento resulta de se pressupor que as alterações ao justo valor dos activos biológicos estão directamente relacionados com as expectativas da empresa em receber benefícios futuros.”
- “Os defensores da mensuração ao justo valor chamam a atenção que as transacções associadas aos efeitos da transformação biológica têm, normalmente, uma ténue relação com a própria transformação biológica, estando mais relacionadas com as alterações relativas às expectativas de receber benefícios económicos futuros.”
- “A mensuração ao justo valor pode ser considerada como uma medida de grande relevância, fiabilidade, compreensibilidade, quanto aos benefícios económicos futuros esperados, em virtude de:
 - Grande parte dos activos biológicos serem transaccionados em mercados activos nos quais exige grande transparência face aos preços praticados;
 - Ao efectuar a mensuração dos activos biológicos ao custo obtém-se, por vezes, uma medida ainda menos fiável que o reconhecimento ao

⁵⁴ Góis, C. (2002). Agricultura – Reconhecimento ao Justo Valor. *Jornal de Contabilidade* n.º 305. p.230

justo valor porque se agreem vários custos e se juntam produtos, para os quais *inputs* e *outputs* não têm uma correspondência correcta, o que conduz a uma afectação de custos incorrecta;

- A actividade agrícola caracteriza-se por ciclos de produção relativamente longos e contínuos, com elevada volatilidade, quer ao nível das condições de produção quer de mercado, que se vão traduzindo em ciclos de produção que raramente coincidem com o período contabilístico. Deste modo, a mensuração dos activos biológicos na data de elaboração das demonstrações financeiras proporciona uma melhor medida para avaliar o desempenho ou a posição financeira da empresa agrícola durante o período contabilístico;
- As diferentes opções de reposição de animais e plantas dão origem a diferentes custos, quando utilizamos a abordagem tradicional do custo histórico. Contudo, estamos perante activos similares, para os quais existem as mesmas expectativas de obter benefícios económicos futuros. Neste caso, a utilização da mesma base de mensuração e relato irá traduzir-se num aumento da comparabilidade e compreensibilidade das demonstrações financeiras.”

Por outro lado Góis (2002)⁵⁵ apresenta também algumas desvantagens relativas à utilização do justo valor para mensuração destes activos, das quais se destacam as seguintes:

- “ Os preços definidos pelo mercado são preços, normalmente, voláteis e com características cíclicas, que os tornam inadequados para servirem como base de mensuração”;
- “ A recolha de informação que permita obter os justos valores à data da elaboração pode constituir um processo dispendioso, especialmente se for exigida a elaboração de relato financeiro intercalar”;
- “ A mensuração ao custo histórico proporciona uma base de mensuração mais objectiva e consistente”;

⁵⁵ Góis, C. (2002). Agricultura – Reconhecimento ao Justo Valor. *Jornal de Contabilidade* n.º 305, p. 230

- “Em determinados países não existem mercados activos para determinados activos biológicos”;
- “O preço de mercado à data da elaboração do balanço pode não ter uma relação directa com o preço ao qual os activos serão efectivamente vendidos, para além de que muitos dos activos biológicos não se destinam a ser vendidos.”

De facto, o critério adoptado foi o justo valor, tendo em conta o definido no §13 “um activo biológico deve ser mensurado, no reconhecimento inicial e em cada data do balanço, pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda (...)”, excepto quando não possa ser mensurado fiavelmente. Nos casos em que tal aconteça, o activo biológico deve ser mensurado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

6. O Justo Valor e a actual Crise Financeira

Actualmente o optimismo não é um sentimento presente na população mundial. A crise financeira que atravessamos assume a sua culpa neste cenário e apresenta-se como a principal causa para esta forma de estar menos positiva.

Todos os dias os meios de comunicação social realçam o grave cenário económico em que vivemos e incutem na população uma “espécie de psicose geradora de alguma impotência perante os efeitos da crise.”⁵⁶ Mas o que realmente é necessário e urgente fazer, não é desmoralizar a população, mas sim incutir um espírito inovador e de combate à crise, encontrando as melhores soluções para conseguir sair vencedor da mesma.

A crise teve início nos EUA com o crescimento do mercado de imóveis, em meados de 2001. Com a crise das empresas *Pontocom*⁵⁷ o mercado começou a apresentar sinais de fragilidade. Para tentar restabelecer a ordem no País, o Banco Central Americano (FED) reduziu as suas taxas de juro, servindo de estímulo para o comércio de imóveis.

Com a descida dos juros, as empresas imobiliárias e as financiadoras especializadas no sector começaram a ter uma grande procura deste tipo de crédito, por parte de pessoas de classes sociais mais baixas.

Como esta classe da população oferece garantias de cumprimento de crédito reduzidas, o risco de negociação é mais alto, ainda que possa gerar lucros mais elevados. Como exemplo temos uma pessoa que hipoteca a sua casa por cem mil euros e paga à hipotecária cem prestações de dois mil euros, originando, assim, para a instituição bancária, um lucro de 100%.

Esta prática conduziu a lucros elevados, gerando uma grande agitação nos mercados financeiros. Porém, existe um factor importante a ter em conta. A pessoa singular, que adere ao crédito, pode ter rendimentos insuficientes, e tornar-se um crédito mal parado. Este tipo de crédito é designado por *subprime*, sendo utilizado para designar uma forma de crédito hipotecário para o sector imobiliário e destinado a empréstimos que representam risco elevado.

Cerca de um ano mais tarde o preço dos imóveis começou a cair. Na tentativa de controlar a inflação o FED aumentou as taxas de juro. Tal facto originou uma percentagem de

⁵⁶ Azevedo, D. (2009). Crise, desafios e oportunidades. *Revista TOC* n° 107.

⁵⁷ São empresas de comercialização electrónica que exploram a comercialização de serviços ou produtos na Internet.

incumprimento dos créditos concedidos, bastante elevada. Agravando-se ainda mais pelo facto do tipo de crédito *subprime* estar associado a populações de classe sociais mais baixas, logo com maiores dificuldades de liquidação dos empréstimos.

Este clima acabou por desacelerar o forte crescimento da economia americana. Se é concedido menos crédito, diminui o poder de compra, logo o dinheiro estagna, gerando problemas de liquidez.

Os efeitos desta crise começaram a surgir em 2007, quando o banco francês *BNP Paribas* anunciou que uma de suas divisões – *BNP Paribas Investment Partners* – congelou cerca de dois bilhões de euros em fundos, prevendo problemas com os títulos *subprime*.

Porém, os efeitos da crise a nível mundial acabaram por ter o seu *boom* quando foi anunciada a falência do banco *Lehman Brothers*. Como o governo americano não injectou dinheiro para evitar esta quebra, os investidores estrangeiros passaram a desconfiar do crescimento americano. Sendo a economia dos E.U.A. movida pelo consumismo, o mercado tornou-se instável.

Esta crise financeira que teve a sua origem nos E.U.A. e se alastrou para um nível mundial, tem sido abordada sob diversas perspectivas. Uma dessas perspectivas é a sua ligação à contabilidade, com especial destaque para a utilização do justo valor.

São várias as opiniões acerca desta matéria, mas a verdade é que o justo valor tem sido invocado como um dos principais culpados pela crise financeira. Tal opinião advém do facto de este método de valorização assentar em critérios subjectivos, baseados em expectativas optimistas, que inflacionaram artificialmente os activos, os resultados e os capitais próprios das empresas, e consequentemente, as acções e o mercado de capitais através da aplicação do justo valor aos instrumentos financeiros derivados.

Também, Rogério Ferreira.⁵⁸ tem uma opinião pouco favorável relativamente ao uso do justo valor. O mesmo afirma que os problemas estiveram ocultos porque as empresas começaram a adoptar critérios de justo valor que possibilitavam contar no presente com ganhos futuros estimados.

Segundo a revista *The Economist*, no seu artigo denominado *The Crisis and the Fair Value Accounting*⁵⁹ os problemas económicos estão associados à mensuração contabilística através do justo valor.

⁵⁸ Ferreira, R. Ainda a Crise. *Revista Infocontab*. Consultado em 14 de Abril, em www.infocontab.com.pt.

⁵⁹ The Economist (2008). The Crisis and fair-value accounting. Consultado em 18 de Maio de 2009 em http://www.economist.com/finance/displaystory.cfm?story_id=12274096.

Conforme descrito por António Lopes de Sá (2008)⁶⁰, a *Goldman Sachs*, um dos maiores bancos de investimento do mundo, que age como conselheiro financeiro para alguns dos maiores governos, empresas e famílias mais ricas do mundo, ao editar um artigo designado por “Alice no País das Maravilhas”, desaconselha investimentos baseados nas normas internacionais do IASB, precisamente por serem baseadas em normas com elevado grau de subjectividade.

Inicialmente teria sido dito que as normas internacionais estimulariam investimentos. No entanto, todas estas discordâncias em relação aquelas normas, levantam questões pertinentes e entram em conflito com a realidade de cada empresa.

A opinião de Azevedo, D. (2008)⁶¹ também aponta na direcção da não utilização do justo valor:

“As empresas vítimas de colapso financeiro, segundo informações dos meios de comunicação social, tinham as suas contabilidades organizadas de acordo com as NIC. (...) aquelas normas, pela indefinição que corporizam, (...) podem ser usadas de forma correcta, aproximando o mais possível a informação financeira da realidade patrimonial das empresas, mas podem também, (...) dar guarida a formas de encobrir a realidade patrimonial das empresas, maquilhando-as ao bel-prazer dos intentos dos respectivos agentes.”

Opinião diferente tem Duque, J. (2008)⁶², que afirma que:

“ (...) o justo valor é a forma mais lúcida e transparente de divulgar o que temos e o que valem. (...) Por muito que o justo valor esteja errado, ele será seguramente mais justo e mais próximo do certo que os valores históricos, que se registam em balanço.”

Relativamente ao artigo publicado pela *Goldman Sachs*, João Duque fez uma interpretação contrária à de António Lopes de Sá. Uma vez que, afirma que este banco de investimento, não desaconselha o investimento com base na leitura das NIC, apoiando inclusivamente a adopção do justo valor.

Duque, J. (2008) declara que:

“ O facto de uma empresa usar as NIC não a expõe, nem deixa de a expor, ao risco de actividade ou de crédito e, como muito bem sabem, todas as outras empresas que não faliram (e que são a esmagadora maioria) também usaram as NIC. Por outro lado, também não é apanágio das NIC salvar empresas da falência (...)”

⁶⁰ Sá, A. (2008). Justo Valor e Crise nos Mercados. *Revista TOC n° 103*

⁶¹ Azevedo, D. (2008). As fragilidades das normas internacionais de contabilidade. *Revista TOC n° 103* p. 29

⁶² Duque, J. (2008). Em defesa do Justo Valor. *Revista TOC n° 105* p. 34

Afirma ainda que:

“ O que se passou com aquelas instituições americanas que faliram ou ameaçaram falir e que foi efectivamente a avaliação dos activos e passivos ao dito justo valor que levou à revelação da situação a que chegaram, em resultado de um excessivo endividamento autorizado pelas entidades de supervisão.”

João Duque é um defensor da utilização do justo valor, afirmando que este é que veio possibilitar e tornar mais transparente a situação das empresas.

Existem, portanto, dois lados opostos relativamente a esta questão. É um facto que o justo valor é um conceito subjectivo e pode resultar em ganhos estimados que não foram efectivamente realizados, influenciando os resultados das empresas. Mas não terá sido esta a principal causa desta crise financeira. De facto, bastantes outros factores estão associados a este cenário que hoje vivemos.

A ilusão do crédito fácil leva as pessoas a assumirem compromissos que poderão não conseguir vir a cumprir. A facilidade de fazer um crédito para adquirir aquilo que tanto ansiávamos, provoca a diminuição da poupança e leva a um consumo excessivo.

A pressão dos *média*, em publicitar bens e serviços, de que por vezes, nem temos necessidade de adquirir e as variadas ofertas de créditos das instituições bancárias conduzem a um consumismo exagerado, não atendendo às próprias possibilidades económicas de cada um. Assim, com essa sensação de “falsa” liberdade de compra, insistimos em *dar um passo maior que nossa perna*.

Diante desse cenário, as grandes instituições financeiras não conseguem suportar o excessivo endividamento. Se um imóvel foi penhorado judicialmente, este tende a perder o seu valor. Sem ter o que fazer com a propriedade penhorada, as instituições não recebem o que determinaram. Sendo assim, acabam por desaparecer do mercado, provocando um efeito em toda sociedade e em todo sistema financeiro.

Todos estes factores resultam em escassez de crédito, crédito mais caro, crise económica, quebra nas exportações, quebra no consumo das famílias, aumento do desemprego, entre outros, aumentando as economias estagnadas ou em recessão.

7. Conclusão

A expansão da globalização da economia tem vindo a influenciar os sistemas contabilísticos nacionais e internacionais, trazendo alterações resultantes das adaptações às normas internacionais de contabilidade, nomeadamente em termos de critérios ou bases de valorização dos elementos das demonstrações financeiras.

A controvérsia actual gira em torno da utilização do justo valor em detrimento do tradicional custo histórico.

Apesar de até então, o custo histórico ser o critério de valorização mais utilizado, o justo valor está a ganhar, cada vez mais, aceitação mundial.

Com a implementação do novo sistema de normalização contabilística em Portugal, o conceito de justo valor atinge maior relevância, mostrando ser um elemento fundamental na valorização de alguns activos financeiros, nomeadamente, nos instrumentos financeiros, nas propriedades de investimento e nos activos biológicos. Nestes activos, a divulgação da valorização ao justo valor torna-se obrigatória.

Na verdade, reconhecer um elemento nas demonstrações financeiras implica que exista fiabilidade na sua valorização. A escolha de um determinado critério de valorização influi na fiabilidade e na relevância da informação. É neste ponto que existe a maior controvérsia. Qual dos dois critérios é afinal o mais adequado? As opiniões divergem.

O custo histórico satisfaz características essenciais da contabilidade, uma vez que está associado à fiabilidade, é objectivo, imparcial e verificável na mensuração. É menos subjectivo porque não se baseia em valores estimados e garante prudência na sua valorização. Porém, por vezes, é colocado em causa o grau de relevância da informação apresentada de acordo com o custo histórico, uma vez que não tem como base os valores reais mas sim os valores escriturados no momento da aquisição.

Por sua vez, o justo valor, influenciado pela sua característica principal, a relevância, permite atribuir aos activos valores actuais de mercado, ultrapassando uma das desvantagens do custo histórico. No entanto, o facto de a determinação do justo valor ter que obedecer a um conjunto de critérios que poderão não estar presentes na realidade das empresas poderá tornar-se numa dificuldade acrescida.

Ambos os critérios têm as suas vantagens e desvantagens. Mas é preciso ter em conta que vivemos num mundo em que a exigência da informação é cada vez mais necessária para a

tomada de decisões. Assim, o justo valor, de acordo com a normalização contabilística nacional e internacional, ganha vantagem sobre o custo histórico.

Um modelo contabilístico que privilegia a utilidade da informação financeira, deixa de ser relevante se for valorizado a custo histórico. Sérgio Cruz (2004)⁶³ refere que:

“O mundo mudou e é necessário construir um novo discurso para o reconhecimento e valorização da informação financeira da empresa.”

Tendo em conta os avanços da economia e do mundo contabilístico é desejável que, num futuro próximo, a expansão do justo valor seja uma realidade. Para que tal aconteça com o menor nível de subjectividade possível, seria importante que se trabalhasse em termos de auditoria, verificando os modelos para determinação do justo valor. Desta forma, poderíamos potenciar a sua utilização e atribuir a este conceito a importância que a ele está inerente.

⁶³ Cruz, S. (2004). O Justo Valor como factor de (r)evolução contabilística. *Revista TOC* nº 57. P. 9

Bibliografia

- Apresentação para a Audição Pública do novo SNC (2008). *Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças*. Consultado em 5 de Janeiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.
- Apresentação para a Audição Pública do novo SNC (2008). *Intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*. Consultado em 5 de Janeiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.
- Apresentação do novo SNC (2009). *Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças*. Consultado em 25 de Abril de 2009, em <https://www.ctoc.pt>.
- Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (2008). *Contribuição no âmbito da audição pública sobre o SNC*. Consultado em 15 de Fevereiro de 2009, em <http://www.apc.pt/>.
- Azevedo, D. (2008). As fragilidades das normas internacionais de contabilidade. *Revista TOC n° 103*.
- Azevedo, D. (2009). Crise, desafios e oportunidades. *Revista TOC n° 107*.
- Azevedo, D. (2009). SNC – Aceitamos o Desafio. *Revista TOC n° 109*.
- Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2008). *Apreciação da proposta para novo SNC*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <https://www.ctoc.pt>.
- Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (2009). Os TOC serão a “tropa de choque” na aplicação do SNC. *Revista TOC n° 110*.
- Cipriano, J. (2008). SNC – Projecto: O novo SNC – Enquadramento e 1ª Aplicação das NCRF. *Formação Segmentada da CTOC*.
- Comissão Europeia (1995). *COM 95 508 PT - Harmonização Contabilística: Uma nova estratégia relativamente à Harmonização Internacional*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <http://ec.europa.eu>.
- Comissão Europeia (1996). *Análise da Conformidade entre as Normas Internacionais de Contabilidade e as Directivas Comunitária*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <http://ec.europa.eu>.
- Comissão Europeia (2000). *Comunicação 2000 - 359 da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu*. Consultado em 15 de Janeiro de 2009, em <http://eur-lex.europa.eu/>.

- Comissão de Normalização Contabilística (1978). *Directiva nº 78/660/CEE de 25 de Julho de 1978 (4ª Directiva)*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/DirectivasUE>.
- Comissão de Normalização Contabilística (1983). *Directiva nº 83/349/CEE de 13 de Julho de 1983 (7ª Directiva)*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/DirectivasUE>.
- Comissão de Normalização Contabilística (1986). *Directiva nº 86/635/CEE de 8 de Dezembro de 1986*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/DirectivasUE>.
- Comissão de Normalização Contabilística (1991). *Directiva nº 91/674/CEE de 19 de Dezembro de 1991*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/DirectivasUE>.
- Comissão de Normalização Contabilística (1991). *Directriz Contabilística nº 1 – Tratamento Contabilístico de Concentração de Actividades Empresariais*. Consultado em 12 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.
- Comissão de Normalização Contabilística (1993). *Directriz Contabilística nº 13 - Conceito de Justo Valor*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2001). *Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Setembro de 2001*. Consultado em 7 de Maio de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/DirectivasUE>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2002). *Regulamento (CE) 1606/2002 de 19 de Julho de 2002*. Consultado em 11 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2003). *Regulamento (CE) 1725/2003 de 21 de Setembro de 2003*. Consultado em 11 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2003). *Projecto de Linhas de Orientação para um novo modelo de normalização contabilística*. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.

- Comissão de Normalização Contabilística (2003). *Directiva 2003/51/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Junho de 2003*. Consultado em 7 de Maio de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/DirectivasUE>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2004). *O Decreto-Lei nº 88/2004 de 20 de Abril*. Consultado em 15 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 3- Adopção pela primeira vez das NCRF*. Consultado em 7 de Maio de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 6 – Activos Intangíveis*. Consultado em 7 de Maio de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 7- Activos Fixos Tangíveis*. Consultado em 7 de Maio de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 11 – Propriedades de Investimento*. Consultado em 7 de Maio de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 12 – Imparidade de Activos*. Consultado em 7 de Maio de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2008). *NCRF 14 – Concentração de Actividades Empresariais*. Consultado em 9 de Maio de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt/SNC>.
- Comissão de Normalização Contabilística (2008). *Estrutura Conceptual*. Consultado em 12 de Fevereiro de 2009, em <http://www.cnc.min-financas.pt>.
- Cruz, S. (2004). O Justo Valor como factor de (r)evolução contabilística. *Revista TOC nº 57*.
- Cunha, C. (2002). Os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites na Contabilidade Pública. *Jornal de Contabilidade nº 306*.
- Duque, J. (2008). Em defesa do Justo Valor. *Revista TOC nº 105*.
- Ferreira, R. (2006). *Ainda as NIC*. Consultado em 10 de Abril de 2009, em Revista Infocontab: www.infocontab.com.pt/download/revInfocontab/2007/20/NIC.pdf.

- Ferreira, R. Ainda a Crise. *Revista Infocontab*. Consultado em 14 de Abril, em www.infocontab.com.pt.
- Ferreira, R. (2009). Contabilidade – Critérios Valorimétricos. *Revista TOC n° 110*
- Freitas, G. (2008). *As Características Qualitativas definidas pelo IASB – Alterações Impostos pelo Referencial Fair Value*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Góis, C. (2002). Agricultura – Reconhecimento ao Justo Valor. *Jornal de Contabilidade n° 305*.
- Macedo, A. (2008). Em Torno do Justo Valor. *Jornal de Contabilidade n° 376*.
- Portal do Governo (2009). *Comunicado do Conselho de Ministros de 23 de Abril de 2009*. Consultado em 25 de Abril de 2009, em <http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/governos/>.
- Roberto, J.(2007). Aplicação Prática das NCRF em Portugal. *Manual da Verlag Dashover*. Lisboa
- Rodrigues, L. & Guerreiro, M. (2004). *A Convergência de Portugal com as NIC*. Lisboa: Publisher Team.
- Rua, S. (2008). *A Valorização dos Activos ao Custo Histórico e ao Justo Valor e o seu enquadramento nos normativos internacionais*. Gestin – Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- Sá, R. (2008). Normas Internacionais e Riscos sobre a expressão dos valores nas demonstrações contabilísticas. *Revista TOC n° 99*.
- Sá, A. (2008). Justo Valor e Crise nos Mercados. *Revista TOC n° 103*
- Santos, S. (2003). *A Ascensão do Justo Valor versus o Esmorecimento do Custo Histórico*. Universidade de Aveiro – ISCA. Aveiro.
- Santiago, C. (2008). *Plano Oficial de Contabilidade Comentado*. Lisboa.
- Sousa, F. (2001). El Valor Razonable y el coste histórico en el marco de la relevância y la fiabilidad de la información financiera. *Revista AECA n° 55*.
- The Economist (2008). *The Crisis and fair-value accounting*. Consultado em 18 de Maio de 2009, em <http://www.economist.com/finance/>.